

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

ELIAS ALVES DE ANDRADE

**ESTUDO PALEOGRÁFICO E CODICOLÓGICO DE
MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX:
EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA**

**São Paulo
2007**

ELIAS ALVES DE ANDRADE

**ESTUDO PALEOGRÁFICO E CODICOLÓGICO DE
MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX:
EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Catálogo na Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo**

Andrade, Elias Alves de

Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática/Elias Alves de Andrade; orientador: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida.

-- São Paulo, 2007.

435 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação. Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Filologia portuguesa – séculos XVIII e XIX – Capitâneas de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. 2. Língua portuguesa – Filologia. 3. Paleografia. 4. Codicologia. 5. Lingüística.

CDU – 811.134.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

Elias Alves de Andrade

Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX:
edições fac-similar e semidiplomática

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor.
Área de concentração: Filologia e Língua
Portuguesa

Aprovado, com “distinção e louvor”, em 17.08.2007.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Heitor Megale

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Instituição: Pontifícia Universidade Católica/SP

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Leny Caselli Anzai

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Sueli Aguiar

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José Bernardino de Andrade – Precata –, e Aurora Alves de Andrade – Dona Lola –, pelo exemplo, incontestável lição de vida, amor e dedicação à família.

A Marília Maria Alves de Andrade, esposa, companheira em tudo e sempre, incentivadora indispensável para o enfrentamento de todos os desafios.

Aos filhos, Gustavo Alves de Andrade e Vinícius Alves de Andrade, razão de nossas vidas, pela compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, da Universidade de São Paulo (USP), pelo incentivo, orientação competente, eficiente e segura, além da amizade que fizeram a diferença na minha vida acadêmica e profissional.

Aos professores Dr. Heitor Megale e Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, da Universidade de São Paulo (USP), pelo incentivo e apoio na entrevista de seleção ao Doutorado.

Às professoras Dr^a. Ieda Maria Alves e Dr^a. Ângela C. S. Rodrigues, da Universidade de São Paulo (USP), que, juntamente com o Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, compromissada e competentemente, ministraram as disciplinas como parte decisiva e marcante de minha formação.

Aos professores Dr^a. Maria Célia Pereira Lima Hernandez e Dr. Gabriel Antunes de Araújo, da Universidade de São Paulo (USP), membros da banca de qualificação, pelas valiosas contribuições.

À Prof^a. Dr^a. Leni Cazelli Anzai, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), interlocutora constante e imprescindível na cuidadosa revisão do capítulo 1 desta tese.

Às professoras Dr^a. Elizabete Madureira Siqueira, Ms. Soraia Lima Arabi e Ms. Esther Maxime Trew, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelo apoio, revisão e assessoria lingüística.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela atenção e gentil atendimento, sempre aos domingos, durante as consultas ao acervo do Arquivo.

A Silvia Maria Pigueira de Andrade, cunhada e servidora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelo competente apoio logístico quanto aos trabalhos de digitação, composição e impressão da produção acadêmica: artigos, monografias, papers, seminários e, enfim, desta tese, ao longo dos anos.

Ao Sr. Jacó e demais servidores da Secretaria do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), pela atenção e apoio.

Ao sobrinho Flávio Alves de Andrade, pela acolhida em São Paulo.

RESUMO

ANDRADE, E.A. **Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática.** 2007. 435 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

O presente trabalho constitui-se de estudos paleográficos e codicológicos de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX – datados entre 1707 e 1822–, referentes à Capitania de São Paulo, inicialmente, e, após, às Capitanias de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, área mais tarde identificada como da *cultura caipira*. Esta descrição está precedida de resenha dos aspectos históricos considerados mais relevantes do período colonial brasileiro, com foco na área de referência dos documentos, seguida de edições fac-similar e semidiplomática justalinear e de perspectivas de estudos lingüísticos.

Palavras-chave: língua portuguesa, filologia, paleografia, codicologia, lingüística.

ABSTRACT

ANDRADE, E.A. **Paleographic and codicological study of manuscripts of the 18th and 19th centuries: fac-similar and semidiplomatic editions.** 2007. 435 f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Paleographic and codicological studies are made of manuscript documents of the eighteenth and nineteenth centuries – between 1707 and 1822 –, referring to the Province of São Paulo, initially, and subsequently to the Mato Grosso, Minas Gerais and Goiás provinces, an area identified later as that of the *caipira culture*. This description is preceded by a review of the historical aspects considered most relevant in the Brazilian colonial period, focusing on the area referred to in the documents, and followed by fac-similar and semidiplomatic justilinear editions and perspectives of linguistics studies.

Keywords: Portuguese language, philology, paleography, codicology, linguistic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL	
COLONIAL NA PERSPECTIVA DOS MANUSCRITOS	14
1.1. PERÍODOS DO BRASIL COLONIAL	14
1.2. A ESCRAVIDÃO	18
1.3. A COROA PORTUGUESA E A COLÔNIA	21
1.4. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL	23
1.5. ECONOMIA DA COLÔNIA	30
1.5.1. Região Nordeste	30
1.5.2. Região Norte	32
1.5.3. Regiões Sudeste e Centro-Sul	33
1.5.3.1. Capitania de São Paulo e Minas do Ouro	33
1.5.3.2. Capitania de Minas Gerais	41
1.5.3.3. Expansão da Capitania de São Paulo rumo ao Oeste	45
1.6. BRASIL: CRIOULO, SERTANEJO, GAÚCHO, CABOCLO E CAIPIRA	60
1.6.1. A Cultura Caipira	61
CAPÍTULO 2 – EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA	
DE MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX	67

CAPÍTULO 3 – COMENTÁRIOS PALEOGRÁFICOS	309
3.1. PALEOGRAFIA	309
3.1.1. Comentários paleográficos dos manuscritos	312
3.1.1.1. Tipos de letras	312
3.1.1.2. Características ortográficas	314
3.1.1.3. Dimensão das letras	318
3.1.1.4. Traçado das letras – o alfabeto	321
3.1.1.5. Abreviaturas (sistema braquigráfico)	328
3.1.1.6. Sinais estigmológicos	359
3.1.1.7. Cotejo dos Ms's 48 (cópia) e 52 (original)	375
CAPÍTULO 4 – COMENTÁRIOS CODICOLÓGICOS	378
4.1. COMENTÁRIOS CODICOLÓGICOS DOS MANUSCRITOS	381
4.2. FILIGRANAS	389
CONCLUSÃO	406
ÍNDICE REMISSIVO	413
BIBLIOGRAFIA	427

INTRODUÇÃO

O interesse pelo texto escrito tem sido observado ao longo dos séculos desde a Grécia antiga, quando, por exemplo, os filósofos alexandrinos e estóicos, por volta dos séculos II e I a.C., procurando de certa forma restabelecer o período clássico grego dos tempos de Platão, Sócrates e Aristóteles, dentre outros, concentraram-se na análise de manuscritos dos séculos VI e V a.C., aproximadamente, reconstituindo-os ou deles fazendo cópias, de forma a preservá-los como legado às gerações futuras, numa tentativa de perenização da língua e cultura gregas.

Passado o período clássico grego, do apogeu e do esplendor da filosofia, teatro, eloquência e historiografia, em que culminou a inteligência do povo helênico, inicia-se a fase helenística, em que, sob o reinado de Alexandre, a Grécia não apenas se volta para repensar o passado, mas exporta as formas de sua criação (SPINA, 1977, p. 60).

Tendo por base a biblioteca de Alexandria, estudiosos incumbiram-se de “restaurar os textos literários antigos, tornados ininteligíveis às gerações da época”, a exemplo dos poemas épicos de Homero a que Aristarco, voltando cinco séculos no tempo, dadas as “versões discrepantes, lacunosas, desfiguradas por erros e interpolações”, restituiu sua genuinidade (SPINA, 1977, p. 61).

Assim nascida, a filologia constitui-se numa ciência que se concentra no texto, sem o qual não subsiste, já que o texto é sua razão de ser. Seu objetivo é “explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado” (SPINA, 1977, p. 75). Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em *Lições de Filologia Portuguesa*, citada em Elia (1979, p.1), afirma que

Filologia é, portanto, etimologicamente: amor à ciência; o culto da erudição ou da sabedoria em geral: e em especial, o amor e culto às ciências do espírito (Geisteswissenschaften), sobretudo da ciência da linguagem (...)

Melo (1971, p. 4) assegura que a “Filologia se preocupa com a fixação do texto fidedigno, sua explicação e com comentários de vária natureza que lhe atribuirão o sentido exato”. Nesse sentido, é menos genérico do que Vasconcelos [ver Elia (1979, p. 1)], que tem postura mais consentânea com Spina (1977, p. 75), anteriormente citado.

O termo filologia, que, segundo Cambraia (2005, p. 15), encerra na sua gênese a idéia básica de “amor à palavra”, embora desde o início seja entendida como a ciência que estuda o texto, carrega significados diversos, o que é confirmado por Houaiss (2001), para quem esse verbete comporta outras acepções: o estudo das sociedades e civilizações antigas e o estudo do desenvolvimento de uma língua ou de família de línguas.

Esse caráter polissêmico do termo filologia pode ser constatado em outros autores como Bluteau (1712-1721, p. 482), Moraes Silva (1813, p. 446) e Bueno (1946, p. 22).

Retomando uma das acepções do termo filologia, conforme definida por Houaiss (2001, p. 905), e também presente nos autores citados, o que se pretende fazer neste trabalho é o “estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos)” – manuscritos dos séculos XVIII e XIX.

Para tanto, serão apresentadas edições fac-similar e semidiplomática, ou diplomático-interpretativa, de 75 manuscritos, escritos entre 1707 e 1822, dispostos em ordem cronológica, selecionados entre documentos acondicionados na lata 88, pasta 2, ordem 0–334, identificada como: “S. Manuscritos, T.C., Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Excursão do General Rodrigo Cesar de Menezes, àquelas localidades, 1721 – 1822”, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A respeito da escolha dos tipos de edição, que podem ser: fac-similar ou mecânica, diplomática, semidiplomática ou diplomático-interpretativa, e crítica, de conformidade com Spina (1977), Cambraia (2005) e Azevedo Filho (1987), dentre outros, Cambraia (2005, p. 90) chama a atenção para o fato de que cada tipo possui “características muito próprias e distintas” quanto a dois aspectos: o público-alvo a que se destina e a existência de edições anteriores.

Quanto ao público-alvo, a escolha dos tipos de edição aqui adotados – fac-similar e semidiplomática – ocorreu em razão de serem direcionados a especialistas, filólogos, lingüistas ou profissionais de áreas afins.

A edição fac-similar, ou mecânica, por tratar-se de reprodução da imagem, preserva o manuscrito quanto a praticamente todas as suas características genuínas, ao passo que a edição semidiplomática, ou diplomático-interpretativa, apresenta um baixo grau de intervenção do editor no texto, preservando-se, à exceção dos aspectos codicológicos, o máximo possível as características ortográficas originais, letras maiúsculas e minúsculas, separação silábica, paragrafação, diacríticos e as fronteiras originais de palavras, com desdobramento das abreviaturas, além, evidentemente, da reprodução tipográfica dos manuscritos.

A disposição justilinear das edições fac-similar e semidiplomática aqui efetuada, através da visualização lado a lado de ambas, teve o objetivo de possibilitar seu cotejo.

A escolha dos tipos de edição fac-similar e semidiplomática dos manuscritos numerados de Ms 1 a Ms 75, transcrições numeradas de 1 a 75, respectivamente, efetuadas no capítulo 2, precedidas dos critérios específicos que as orientaram, sinaliza a intenção deliberada de promover o mais baixo grau de intervenção do editor nos originais manuscritos em razão de assim se constituírem como *corpus* mais apropriado a análises lingüísticas, por preservarem as características originais dos documentos.

Neste momento, não é demais ressaltar a afirmação de Santiago-Almeida (2000, p. 184): “... tanto o êxito do trabalho quanto a solidez dos resultados seguramente estão condicionados à qualidade da edição dos textos que estão na base desse estudo lingüístico”.

A contextualização histórico-social dos documentos, escritos entre 1707 e 1822, tornou-se imprescindível, uma vez que foram produzidos num dado cenário da história do Brasil – o período colonial –, e, mais especificamente, na então Capitania de São Paulo, que compreendida, à época, as duas primeiras décadas do século XVIII, o que atualmente corresponde aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Isso se faz necessário dado que se trata de um espaço político-sócio-cultural marcado pela presença dos bandeirantes paulistas que, à busca do índio e do ouro, formaram, inclusive lingüisticamente, o que Darcy Ribeiro (1995) denominou de *área da cultura caipira*.

Considerando que este trabalho está em consonância com o *Projeto Filologia Bandeirante* e com o projeto de pesquisa *Formação e Expansão do Português Paulista ao longo do Rio Tietê até Mato Grosso a partir do século XVI*, pretendeu-se contribuir para o estudo da formação do português brasileiro, fazendo coro a outros estudos recentes nesta mesma direção, dentre os quais encontra-se a tese de doutorado de Santiago-Almeida (2000): *Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII)*.

Além disso, cumpre destacar que, visando demonstrar a fidedignidade e a genuinidade dos manuscritos, foram feitas, nos capítulos 3 e 4 análises paleográficas e codicológicas do *corpus* de forma a atestá-lo como instrumento propício a estudos lingüísticos.

Assim, estruturada em quatro capítulos, esta tese trata dos seguintes temas:

No capítulo 1, *Aspectos da história do Brasil colonial na perspectiva de alguns manuscritos*, procurou-se abordar aspectos da história do período colonial brasileiro – 1500 a 1822, com foco mais centrado na Capitania de São Paulo, uma vez que os manuscritos sob análise, textos produzidos entre o início do século XVIII e a Independência (1822), têm sua autoria em localidades a ela pertencentes originalmente, ou que a ela se referem.

No capítulo 2, *Edições fac-similar e semidiplomática de manuscritos dos séculos XVIII e XIX*, constam os critérios adotados para as edições fac-similar e semidiplomática, dispostas de forma justalinear, dos 75 manuscritos, datados do período de 1707 a 1822.

No capítulo 3, *Comentários paleográficos*, efetuaram-se as descrições paleográficas e a análise dos manuscritos, de forma a atestar sua genuinidade.

No capítulo 4, *Comentários codicológicos*, foram feitos comentários e as descrições codicológicas dos manuscritos, de forma a atestar sua genuinidade.

No *Índice remissivo*, foram listadas todas as ocorrências de antropônimos e topônimos, por indicação de linha, seguidas de eventual descrição.

Este trabalho está articulado ao *Projeto Filologia Bandeirante*, envolvendo a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que visa documentar e descrever aspectos lingüísticos na área da então Capitania de São Paulo. Encontra-se também vinculado ao projeto de pesquisa *Formação e Expansão do Português Paulista ao longo do Rio Tietê até Mato Grosso a partir do século XVI*, sob a responsabilidade do grupo de pesquisa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), que se volta a descrever o português dos bandeirantes paulistas na rota das monções para Cuiabá e dos caminhos terrestres para Minas Gerais e Goiás, área caracterizada por Ribeiro (1995) como de *cultura caipira*.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL NA PERSPECTIVA DOS MANUSCRITOS

Neste capítulo tem-se por objetivo a abordagem de aspectos da história do período colonial brasileiro, com foco mais centrado na Capitania de São Paulo, uma vez que os manuscritos em análise, editados no capítulo 2, produzidos entre o início do século XVIII e a Independência, foram escritos em localidades a ela pertencentes, ou que a ela se referem.

Não se trata, entretanto, de adotar-se uma abordagem analítica. Ao contrário, o objetivo é o de, no formato de resenha, procurar desenhar a tessitura dos fatos históricos do período citado de forma a que fiquem explicitados, mais do que acontecimentos relevantes num tempo e espaços determinados, aspectos sociais da construção dessa história.

1.1. PERÍODOS DO BRASIL COLONIAL

Pode-se dividir, segundo Fausto (1994, p. 41), a história do Brasil colonial em três períodos cronologicamente bastante desiguais:

o primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do Governo Geral, em 1549; o segundo é um longo lapso de tempo entre a instalação do Governo Geral e as últimas décadas do século XVIII; o terceiro vai dessa época à Independência, em 1822.

O primeiro período, ainda segundo o mesmo autor, é caracterizado pelo reconhecimento e posse da terra e escasso comércio; o segundo, pela montagem da colonização que irá se consolidar ao longo de mais de dois séculos, com marchas e contramarchas; e o terceiro, por um conjunto de

transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela Independência.

O Tratado de Tordesilhas, de 1494, pelo qual o mundo foi dividido em dois hemisférios, foi firmado em razão da contestação por parte de Portugal com relação à posse da nova terra pela Espanha. A postura da França, que não reconhecia esse instrumento de divisão do mundo, entendia que a terra era de quem a ocupasse, o que culminou com seu estabelecimento no Rio de Janeiro (1555 – 1560) e Pernambuco (1612 – 1615). Esses fatos levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra.

Nos anos iniciais da Colônia, o citado primeiro período, a atividade econômica principal, após a adoção no litoral brasileiro de um sistema de feitorias, entre 1500 e 1530, tendo-se arrendado o Brasil para um consórcio de comerciantes de Lisboa, foi a extração de pau-brasil, obtido por intermédio, principalmente, da troca com os índios, que “forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecidos, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses” (FAUSTO, 1994, p. 41).

Organizou-se, então, a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530 – 1533) com o objetivo de patrulhar a costa do Brasil, estabelecer uma colônia através da concessão não hereditária de terras visando à sua efetiva ocupação.

Com objetivos semelhantes, em seguida, Dom João III “decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias”, em número de quinze, sendo que os “capitães donatários”, que as receberam por doação da Coroa Portuguesa, tornaram-se “possuidores mas não proprietários da terra” (FAUSTO, 1994, p. 44).

Estabeleceu-se, então, o Governo-geral do Brasil, tendo sido nomeado por Dom João III o primeiro Governador-geral da Colônia, Tomé de Souza, com o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar

a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.¹

Juntamente com o primeiro Governador-geral, Tomé de Souza, vieram os primeiros jesuítas – “Manuel da Nóbrega e seus cinco companheiros –, com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar o ralo clero de má fama existente na Colônia” (FAUSTO, 1994, p. 47)².

A propósito dessa má fama do clero no período colonial brasileiro, Dom Antonio Rolim de Moura, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, em carta escrita em Vila Bela, então capital da capitania, em 07/03/1759, endereçada ao padre Estevão de Crasto, Ms 21, p. 131, linhas 634 a 637, capítulo 2, afirma:

Mas VossaPaternidade/ não hade negar que os Padres da Companhia são homens, susceptiveis das mesmas/ paixões, que os outros, ehaver alguns, que se deixem vencer destas, ou d'aquellas/ não tira, que a Religiaõ seja Santa.

muito provavelmente referindo-se a padres da Companhia de Jesus, jesuítas, portanto, ordem religiosa que teve forte presença não só no Brasil-Colônia, mas também nas regiões limítrofes de domínio espanhol, atuais Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Organizada a Colônia, tendo-se estabelecido São Salvador – Bahia, como capital do Brasil até 1763, organizou-se também a Igreja, tendo ambos, Igreja e Estado, convivido muito estreitamente, face aos interesses comuns, e porque, de fato, eram unidos.

Essa “convivência” Estado-Igreja católica, a exemplo do que se verificou no Ms 21, anteriormente citado, pode ser atestada também nos Ms’s 19, 20, 22 e 25, p. 127, 129, 135 e 141, capítulo 2, em que o mesmo Dom Antonio Rolim de Moura escreve, também ao padre Estevão de Castro, em 27/10/1758, 15/02/1759, 27/06/1759 e 18/12/1759, tratando de assuntos vários, tendo o signatário, além disso, na carta de 27/10/1758, mencionado: “As cinco

¹ A estrutura de cargos do Brasil-Colônia, no período do Governo-geral, pode ser constatada em diversos manuscritos editados no capítulo 2, citados mais adiante à página 51 neste capítulo, subscritos por tais autoridades, ou mencionados no corpo desses documentos.

² Em 1533, de acordo com Fausto (1994, p. 47), foi criado o bispado de Salvador, na Bahia, subordinado ao Arcebispo de Lisboa.

cartas de *Vossa Paternidade* de 20, 21 e 22 de *Septembro ...*” (linhas 576 e 577) recebidas do referido padre.

Fausto (1994, p. 47) assegura que, decorridas as três primeiras décadas, a partir do descobrimento,

marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da Metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade.

A opção adotada pela Coroa no sentido de estabelecer na Colônia grandes propriedades atendia ao pressuposto de que garantiriam a produção em larga escala. Por sua vez, compreendia-se que a existência de pequenas propriedades, por produzirem pouco e apenas para a subsistência dos seus pequenos proprietários, gerando, quando muito, reduzido excedente, contrariariam os objetivos e interesses da Coroa e dos grandes comerciantes.

Lapa (1982, p. 45), a propósito da não prioridade de produção de bens de subsistência, assegura que, ainda assim, houve no período colonial brasileiro um “mercado interno” constituído por um sistema permanente de trocas, em graus diferentes, de região para região, em locais e épocas diversas, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

1.2. A ESCRAVIDÃO

A empresa comercial e o regime de grandes propriedades impuseram, de certa forma, o que Fausto (1994, p. 48) denomina de trabalho compulsório, tendo-se recorrido, para tanto, à escravização dos índios e dos negros.

Essa alternativa talvez se devesse, entre outros fatores e interesses, à pouca disponibilidade de oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semidependentes ou assalariados e, certamente, ao fato de o trabalho assalariado não ser conveniente aos objetivos da colonização, já que, dada a grande disponibilidade de terras, não seria fácil manter estes trabalhadores nas grandes propriedades, pois as opções por outro tipo de vida criariam dificuldades para o fluxo de mão-de-obra para a empresa mercantil.

A escravização do índio trouxe uma série de inconvenientes para a colonização uma vez que sua cultura era incompatível com o trabalho intensivo e regular. Eram habituados a fazer “o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais” (FAUSTO, 1994, p. 49). Ocupavam-se também com rituais, celebrações e guerras, sem, contudo, se disporem ao trabalho contínuo com vistas à produtividade.

A propósito do elemento indígena na constituição da Colônia, e sua escravização, observe-se o Ms 10, p. 99, capítulo 2, carta de 28/10/1726, escrita em Vila Rica – MG, em que o subscritor refere-se a:

(...) huã/ india Com huã rapariga *que* Sedezia Serem da aldeia de/Saõ Miguel. (linhas 307 a 309)
(...) pella merce dosditos indios (...) (linha 317)
(...) evaõ Sõ 5 (índios) deBaruiri/ e hũ ficou doente no caminho daParahiba onde Seembarcaõ/e suponho ja restetuhido a Sua aldeia (...) (linhas 318 a 320)
(...) chegou hũ pataxo aoRio (...) (linha 326)
(...) eque pello dito pataxo naõ vir Sem Carta (...) (linha 329).

Houve duas tentativas de sujeição dos índios. Uma promovida pelos colonos visando à escravização pura e simples e outra tentada pelas ordens religiosas, principalmente jesuítas, que procuravam transformá-los, por

intermédio do ensino, em “bons cristãos”, reunindo-os em pequenos povoados e aldeias.³

Embora as ordens religiosas tivessem tido o mérito de procurar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, tendo nascido daí inúmeros atritos entre colonos e padres, não tinham também o devido respeito pela cultura indígena.

Segundo Prado Júnior (1973, p. 93), enquanto o colono submeteu os índios à escravidão sumária e brutal exploração, os jesuítas os isolaram, segregando-os pelo aldeamento.

Os índios resistiam de várias maneiras a qualquer forma de sujeição ao colono: pela guerra, pela recusa ao trabalho compulsório e pela fuga. Nisso levavam vantagem sobre os negros africanos, por estarem em casa, ao contrário daqueles, que se encontravam em terras desconhecidas.

Outro motivo que dificultou a escravização dos índios foi o que Fausto (1994, p. 50) chamou de “catástrofe demográfica”, ou seja, a forte redução das populações indígenas em razão de epidemias como o sarampo, a varíola e a gripe, dentre outras, causadas pelo contato com os brancos e contra as quais não tinham defesa biológica.

A partir de 1570, passou-se a incentivar a importação de africanos negros, embora, apesar de a Coroa ter editado leis de proteção aos índios, sua escravização continuasse a ocorrer.

Prospera, então, o comércio de negros africanos, atividade já iniciada pelos portugueses no século XV. Reconhecido já o valor mercantil do escravo negro, o comércio negreiro, bastante lucrativo, estava razoavelmente montado nas últimas décadas do século XVI .

No século XVI, o maior número de escravos africanos proveio da Guiné (Bissau e Cachau) e da Costa da Mina, de portos situados ao longo do litoral do Daomé. A partir do século XVII, regiões mais ao sul da África, como o Congo e Angola, transformaram-se nos centros exportadores mais importantes, através dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda, sendo que os angolanos

³ Os bandeirantes paulistas recorreram à escravização de índios até o século XVII, até por terem tido acesso à escravização dos negros mais tardiamente, com a descoberta das minas de ouro, diferentemente do que ocorreu no Nordeste com a cultura da cana-de-açúcar (FAUSTO, 1994, p. 49).

constituíram os que em maior número, durante o século XVIII, foram trazidos para o Brasil.

Os povos africanos costumam ser divididos em dois grandes ramos étnicos: os sudaneses, predominantes na África ocidental, Sudão egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné; e os bantos, da África equatorial e tropical, de parte do Golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique⁴.

No Brasil, os grandes centros importadores foram, inicialmente, Salvador e, depois, o Rio de Janeiro, para atendimento à economia açucareira no Nordeste e às minas de ouro no Leste – Vila Rica e Mariana – dentre outros, e, após, o Centro-Oeste do Brasil – Cuiabá, Mato Grosso e Vila Boa de Goiás.

Da mesma forma que os índios, os negros africanos também se rebelaram contra a escravidão, promovendo fugas em massa ou individuais, formação de quilombos e agressões aos senhores. De toda maneira, mesmo admitidas as várias formas de resistência, tem-se que reconhecer que, pelo menos até as últimas décadas do século XIX, os escravos africanos ou seus descendentes não tiveram condições de desorganizar o trabalho compulsório. Bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele pois, ao contrário dos índios, “eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho” (FAUSTO, 1994, p. 52).

Nem a Coroa nem a Igreja se opunham à escravização do negro. Os beneditinos, por exemplo, foram uma das ordens religiosas proprietárias de cativos. A alegação, para tanto, era a de que a escravidão já existia na África e, além do mais, os negros eram racialmente inferiores.

Por outro lado, enquanto o índio era protegido por legislação específica, embora nem sempre respeitada, “o negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa” (FAUSTO, 1994, p. 54).

⁴ Considerando que este panorama histórico do período colonial brasileiro busca servir de suporte a estudos lingüísticos da língua portuguesa, especialmente nos séculos XVIII e XIX, parece importante chamar a atenção para as línguas que os negros africanos, com suas etnias, trouxeram para o Brasil, línguas que desempenharam significativa função para a formação do que hoje vem sendo chamado de português brasileiro. Para aprofundamento maior dessa temática, sugere-se consulta, dentre outros, ao “Projeto Vertentes”, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, e ao “Projeto Filologia Bandeirante”, da Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. A COROA PORTUGUESA E A COLÔNIA

À época da colonização do Brasil, o Estado português era um estado absolutista, uma vez que todos os poderes se concentravam na pessoa do rei por direito divino. “O reino – ou seja, o território, os súditos e seus bens – pertence ao rei, constitui seu patrimônio” (FAUSTO, 1994, p. 62).

Não há no Estado absolutista distinção, em teoria, entre o público, entendido como campo de atividade de estado, e o privado, visto como campo de ação dos indivíduos. Nele tudo é público, não havendo limites pré-estabelecidos ao poder real, o que não significa dizer que o rei não devesse considerar os interesses dos diversos estratos sociais: nobres, comerciantes, clero e gente do povo, e nem que governasse sozinho. A preferência por “Coroa” ao invés de “Rei” é adequada para designar o poder da monarquia.

Num tal cenário, a montagem da administração da colônia brasileira de certa forma desdobrou e enfraqueceu o poder da Coroa. Embora as decisões centrais continuassem sendo tomadas na Metrópole, os administradores do Brasil tinham que, diante das situações novas, improvisar medidas administrativas⁵.

Essas dificuldades administrativas encontram-se ilustradas no Ms 11, p. 103, linhas 375 a 377, capítulo 2, carta de 19/01/1733, escrita em Vila Rica – MG, em que o subscritor denuncia ao Conde de Sarzedas, Antonio Luis da Távora, governador da Capitania de São Paulo:

OCerto he *que* as ordeñs *que* concedem dattas aos *Senhorez* Governadorez/parecem apôcrifas, porque aqui nem sefalla nessa materia, Nem entra nade/liberaçãõ, apracticadella.

Para dar conta da administração da colônia brasileira, foram criadas, a partir do Governo-geral, instituições e órgãos, embora não houvesse muitas vezes clareza nas atribuições, existindo, por exemplo, alguns que realizavam tarefas executivas e judiciárias ao mesmo tempo.

⁵ De toda forma, vale ressaltar que, mesmo assim, as relações Coroa-Colônia continuavam respeitando a política mercantilista, seguindo-se os princípios do “exclusivo” colonial, conforme argumenta Fausto (1994, p. 58).

Dentre as autoridades que dirigiam tais instituições estavam os governadores de capitania, subordinados ao governador-geral, ao qual, a partir da transferência da sede do governo da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, o rei outorgava o título de Vice-Rei e Capitão-general do Mar e Terra do Estado do Brasil, passando a encarnar, mesmo ao longe, a pessoa do monarca português.

As demais instituições e órgãos da colônia agrupavam-se nos seguintes setores: o Militar, composto por tropas de linha, das milícias e dos corpos de ordenança; a Justiça, que tinha também funções administrativas, composta por juízes, dentre os quais se destacava o ouvidor da comarca, nomeado pelo rei para um mandato de três anos; os Tribunais de Relação, para julgar os recursos das decisões, presididos pelo Vice-Rei ou pelo Governador; a Junta da Fazenda, presidida também pelo governador da capitania, encarregada da arrecadação de tributos e de definir a realização de despesas; as Câmaras Municipais, nas vilas e cidades, constituídas por membros da sociedade, eleitos e não eleitos, que chegaram a ter poderes de arrecadação de tributos, nomeação de juízes, julgamento de crimes, além de cuidarem das vias públicas, dentre outras atribuições.⁶

⁶ A propósito de cargos na Colônia, ver nota 1, p. 16.

1.4. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL

Um princípio básico de exclusão, de acordo com Fausto (1994, p. 65), o da pureza de sangue, diferenciava determinadas categorias sociais de forma que os impuros eram os cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, os índios, em certa medida, e as várias espécies de mestiços. Esses impuros não podiam receber títulos de nobreza, ocupar cargos de governo, participar de irmandades de prestígio, dentre outras restrições. Embora a carta-lei de 1773 tenha extinguido a distinção entre cristãos antigos e novos, não acabou com o preconceito.

Não obstante o critério discriminatório se referisse a pessoas, mais profundo do que ele era a separação entre pessoas, gente livre, e não pessoas, escravos, considerados juridicamente coisa. Essa condição de livre – não livre estava diretamente vinculada à etnia e à cor da pele, uma vez que escravos eram, primeiramente, negros, depois índios e mestiços. Os mestiços, divididos entre mulatos, mamelucos, curibocas ou caboclos, eram nascidos da união entre branco e índio, e os cafuzos, nascidos da união entre negro e índio.

Porém a situação de escravidão do índio e a do negro eram diferentes, conforme abordado no item 1.2., p. 18 deste capítulo. Prova disso é um alvará de 1755, da Coroa Portuguesa, que, sob orientação do Marquês de Pombal, “chegou mesmo a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, considerando tais reuniões sem infâmia alguma”. Estendia também o direito à “preferência em empregos e honras” para os descendentes dessas uniões e proibia que eles fossem chamados de “caboclos” ou outros nomes semelhantes que pudessem ser “injuriosos” (FAUSTO, 1994, p. 68). O mesmo, contudo, não acontecia com os descendentes da união entre o índio e o negro, nem entre o branco e o negro, tornando-se evidente o preconceito já existente contra o negro.

No fim do período colonial, início do século XIX, a presença de africanos e seus descendentes na sociedade brasileira era significativa. Negros e mulatos representavam cerca de 75% da população de Minas Gerais, 68%

de Pernambuco, 79% da Bahia e 64% do Rio de Janeiro, ao passo que São Paulo possuía uma população formada por maioria branca, cerca de 56%⁷.

Ribeiro (1995, p. 219), abordando a questão classe e raça, a propósito da discriminação de negros, mulatos e índios, especialmente os primeiros, em relação ao branco, afirma que “as lutas mais longas e mais cruentas que se travaram no Brasil foram a resistência indígena secular e a luta dos negros contra a escravidão, que duraram os séculos do escravismo”. Na luta pela sua integração à sociedade brasileira, o negro africano e os afro-descendentes viram-se incorporados à força. Quando ajuda a construí-la, nesse esforço se desfaz, “mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização. A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz” (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Entretanto, entre os escravos negros africanos e afro-brasileiros, havia distinções em relação ao trabalho exercido, entre servir, por exemplo, na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou “escravo de ganho” nas cidades⁸. Havia, também, outras distinções que se referiam à nacionalidade, ao tempo de chegada ao Brasil e à cor da pele. Assim, chamava-se “boçal” ao recém chegado da África, ignorante da língua portuguesa e dos costumes; de “ladino”, ao que já estava razoavelmente adaptado à nova terra, falando e entendendo a língua portuguesa; e de “crioulo”, ao nascido no Brasil. Ao preto “retinto” eram atribuídas as tarefas mais pesadas e árduas, ao passo que aos mulatos e crioulos eram destinadas tarefas domésticas, artesanais e de supervisão.

Além das distinções anteriormente citadas, há que se considerar ainda a existência, no final do período colonial no Brasil, de grande número de africanos ou afro-brasileiros livres ou libertos, que chegaram, então, a cerca de 42% da população negra ou mulata, de acordo com Fausto (1994, p. 69). Embora formalmente livres, contudo, voltavam na prática a ser escravizados, até porque eram sujeitos a restrições como não participação em irmandades

⁷ O fato de São Paulo ter tido baixo percentual de população negra deveu-se, em não tendo existido a grande cultura para exportação como a cana-de-açúcar no Nordeste, a não ter-se praticado com intensidade o tráfico de negros africanos para seu território, o que apenas se inicia com a descoberta do ouro nas minas (LUÍS, 1938).

⁸ Escravos de ganho, figuras comuns no Rio de Janeiro nos primeiros decênios do século XIX, eram aqueles que, com autorização de seus senhores, prestavam algum serviço extra ou vendiam mercadorias, aos quais pagavam por dia ou por semana uma quantia fixa (FAUSTO, 1994, p. 68).

religiosas e leigas, além de não poderem pertencer à Câmara e ao Senado. Além do mais, a condição de liberto do ex-escravo podia ser revogada.

Por outro lado, as pessoas livres da Colônia eram classificadas em uma hierarquia de ordens: nobreza, clero e povo, embora a transposição desse modelo para o Brasil, em especial a nobreza, não tivesse obtido resultado semelhante ao de Portugal.

As populações livres e pobres, roceiros, pequenos lavradores e trabalhadores ocuparam os campos; os vendedores, pequenos comerciantes e artesãos habitavam as vilas e cidades.

A migração na Colônia, em especial com a descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso, no início do século XVIII, e com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, no início do século XIX, altera a relação vila e cidade com o campo⁹.

As atividades exercidas pelos diversos segmentos da sociedade eram valorizadas de forma desigual. A de maior prestígio, especialmente nos primeiros tempos da Colônia, era a de “ser senhor de engenho”¹⁰.

Os comerciantes, por exercerem uma profissão considerada menos digna, estavam excluídos das câmaras e das honrarias, até porque muitos deles eram cristãos-novos, de ascendência judaica, o que era motivo de discriminação, assim como os artesãos, por desenvolverem trabalho manual, atividade considerada inferior.

No alto da pirâmide social da população livre ficavam os grandes proprietários rurais e os comerciantes voltados para o comércio externo, quadro típico do litoral do Nordeste e, depois, do Rio de Janeiro. Esses grandes comerciantes, ao contrário dos demais, pequenos e médios, não sofriam discriminação. Ao contrário, a partir de meados do século XVII, passaram a participar cada vez mais das câmaras de vilas e cidades e das irmandades leigas ou religiosas, assim como a ocupar altos cargos nas milícias. Mesmo havendo conflitos entre ambos, porque os comerciantes

⁹ Volpato (1987, p. 68), com respeito à crise da mineração em Mato Grosso, refere-se ao mineiro como “minerador errante, em constante prospecção, interrompida por achados efêmeros, endividando-se na esperança de grandes lucros”.

¹⁰ Antonil (1967), citado em Fausto (1994, p. 70), afirma: “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido e respeitado de muitos. E [...] bem se pode estimular no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do reino”.

influíam nos preços dos produtos de exportação e importação, além de adiantarem recursos aos grandes proprietários rurais para o plantio, compra de equipamentos e escravos, através do casamento e da compra de terras, muitos deles tornaram-se também grandes proprietários rurais, por exemplo, como senhores de engenho no Nordeste. O acirramento das diferenças crescia quando as relações se davam entre os senhores rurais nativos e os comerciantes portugueses¹¹.

Uma das divisões da sociedade colonial brasileira relacionada diretamente com a pureza de sangue referia-se à religião, já que os súditos da Coroa, por definição, eram católicos. Os judeus e seus descendentes, que foram obrigados a converter-se ao cristianismo por ato da monarquia de 1497, eram os cristãos-novos. De toda forma, mesmo sendo mercadores, artesãos e até senhores de engenho, desde os primeiros tempos da Colônia, e embora tenham até ocupado cargos civis e eclesiásticos, eram discriminados, perseguidos e até mesmo mortos nas mãos do Santo Ofício inquisitório, presente na Bahia e Pernambuco entre 1591 e 1595, voltando à Bahia em 1618.

Maxwell (1977, p. 115), a propósito da divisão de grupos raciais na estratificação da sociedade colonial brasileira, refere-se à Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica que, no primeiro estatuto de sua instituição, em 1765, proibia a admissão de “mulatos, judeus, mouros, hereges, e seus descendentes até a quarta geração”, e à Irmandade do Carmo, de Ouro Preto, que aceitava como membros apenas os de “sangue limpo, boa vida e costumes e capazes de pagar sua subscrição anual”.

A família na Colônia seguia o modelo patriarcal, era extensiva, constituída por parentes de sangue e afins, protegidos e agregados, sempre sob o comando de uma figura masculina. Esse modelo teve grande importância na sociedade colonial até porque marcou as relações entre sociedade e Estado. Predominou entre a classe dominante do Nordeste¹², entretanto não

¹¹ A chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco em 1710-1711, que opôs os senhores de engenho de Olinda e os “mascates” de Recife, seria um exemplo dessas divergências (FAUSTO, 1994, p. 72).

¹² Em Ouro Preto, em 1804, havia 203 unidades domésticas das quais apenas 93 eram encabeçadas por homens (FAUSTO, 1994, p. 73).

era comum a família extensiva nos grupamentos de condição social inferior, em que as mulheres tinham maior independência¹³.

Por outro lado, de acordo com Boxer (2002, p. 323), a família das classes mais altas, tanto em Portugal como no Brasil, tinham freqüentemente como características a endogamia, ou seja, casamentos entre primos e entre tios e sobrinhas, o que contribuiu consideravelmente para a formação de uma aristocracia rural estreitamente ligada por laços matrimoniais no Brasil.

A grande maioria da população do Brasil colônia vivia no campo. As cidades cresceram paulatinamente, sendo sempre dependentes do campo. Tinham características curiosas na visão do europeu. Salvador, capital da Colônia, foi descrita como

cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana no século XVI constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de Fazenda, de Guerra, abrigados à residência. (Frei Vicente do Salvador, citado por FAUSTO, 1994, p. 73).

Esse cenário urbano, contudo, alterou-se mais uma vez, agora em parte em razão da vinda da Família Real para o Brasil em 1808, da invasão holandesa, como também pela influência crescente dos grandes comerciantes e do aparelho administrativo necessário à manutenção da Colônia.

A propósito das relações Estado e sociedade no período colonial brasileiro, há duas correntes de interpretação radicalmente opostas. A primeira define o Estado como pólo dominador, característica que teria origem no modelo do Estado português que, desde o século XIV, é marcado pela centralização precoce e por um conjunto de leis que o definem como Estado patrimonialista, o que se refletiu na Colônia, representado por uma poderosa burocracia, dominadora e repressiva, exercida até mesmo por caudilhos e bandeirantes¹⁴.

¹³ Mesmo nas famílias de elite havia exceções. Em São Paulo, as mulheres desempenhavam papel relevante nas atividades econômicas, como a administração da casa e dos bens, quando os homens se lançavam por vários anos às expedições no sertão (FAUSTO, 1994, p. 73). Foi o caso dos bandeirantes à caça do índio para a escravização e das monções rumo ao Cuiabá e Mato Grosso (HOLANDA, 1975 e 1990).

¹⁴ Essa corrente é defendida por Raimundo Faoro, segundo Fausto (1994, p. 74).

Para a segunda corrente, os grandes proprietários de terra, o senhorio rural, eram, na verdade, os que governavam, legislavam, faziam justiça, e até mesmo guerreavam contra as tribos indígenas do interior para defenderem as populações próximas às suas fazendas, sobre as quais tinham domínio político e econômico¹⁵.

Fausto (1994, p. 74), entretanto, afirma não ser possível adotar nenhuma das correntes citadas uma vez que, primeiro, “elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos”, e, por outro lado, porque, “ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro, tendem a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis”.

Deve-se admitir que, apenas em certas áreas, como o sertão nordestino voltado para a pecuária, grupos privados preencheram a ausência do Estado.

Por outro lado, a transposição da máquina burocrática do Estado português para a Colônia não teve o êxito esperado em razão da extensão do território brasileiro, da distância da Metrópole e da novidade dos problemas que precisavam ser enfrentados.

Provas das dificuldades de administração da Colônia, em razão da longa distância da Metrópole, são atestadas nos Ms's 36 e 37, p. 187 e 189, capítulo 2, escritos em Lisboa, ambos de 07/06/1803, a respeito, seja de prejuízos financeiros supostamente causados pelo “Intendente da Marinha da Villa de Santos”, seja do não cumprimento de ordens régias, além de denunciarem a falta de infra-estrutura naquele porto para execução das tarefas.

De conformidade com Fausto (1994, p. 75),

até meados do século XVII, a ação das autoridades somente se exerceu com eficácia na sede do Governo Geral e das Capitânicas à sua volta. Nas outras regiões, predominaram as ordens religiosas, especialmente a dos Jesuítas, considerada um Estado dentro do Estado, ou os grandes proprietários rurais e apesadores de índios.

¹⁵ Essa corrente, mais antiga, das décadas de 1920 e 1940, é defendida por autores como Oliveira Viana e Nestor Duarte, segundo Fausto (1994, p. 74).

O bandeirantismo paulista, por exemplo, foi fruto da iniciativa privada e não do Estado, embora sua atuação tenha atendido aos interesses da Coroa, com a descoberta das minas de ouro e diamantes no início do século XVIII nas Minas Gerais, em Cuiabá, no Mato Grosso e em Goiás, e a conseqüente expansão da fronteira oeste da Colônia para dentro dos domínios da Espanha, definidos pelo Tratado de Tordesilhas.

Pode-se afirmar que, de fato, Estado e sociedade não são dois mundos estranhos. O Estado é penetrado pelos interesses particulares, em especial da classe dominante, por um lado, embora sua ação não tenha limites claros e bem definidos, por outro. O Estado luso, patrimônio do rei, ajusta-se à sociedade colonial, em que predomina a solidariedade familiar. As famílias, em rede, sempre pertencentes às classes dominantes, procuram as benesses dos governantes. Assim, o critério de lealdade ao rei, ao invés da impessoalidade e do respeito às leis, era o que imperava. A expressão “para os amigos tudo, para os inimigos a lei” ilustra bem esta prática.

1.5. ECONOMIA DA COLÔNIA

1.5.1. Região Nordeste

A região nordeste da Colônia caracterizou-se como primeiro centro de colonização e de urbanização, tendo concentrado as mais importantes atividades econômicas, ao passo que a região sul era uma área periférica, menos urbanizada, e, nessa época, até o século XVIII, não contribuía com a economia de exportação. Ao mesmo tempo, por exemplo, em que Salvador tinha aproximadamente 14 mil habitantes em 1585, 25 mil em 1724 e 40 mil em 1750, metade dos quais escravos, São Paulo tinha menos de 2 mil habitantes em 1600.

O Nordeste, então, devido ao plantio da cana-de-açúcar em grande escala e aos demais instrumentos necessários à empresa açucareira como os engenhos, gado, pastagens, carros de transporte, casa-grande e mão-de-obra escrava, constituiu-se em importante centro de ativação sócio-econômica da Colônia, tendo sido consolidada sua produção nas décadas de 1530 e 1540.

Pernambuco e Bahia foram os grandes centros açucareiros da Colônia em razão de fatores climáticos, geográficos – proximidade da Europa para onde se exportaria praticamente toda a produção –, boa qualidade do solo e um adequado regime de chuvas (FAUSTO, 1994, p. 78-79).

A estrutura social da atividade açucareira caracteriza-se por dois extremos: escravos de um lado e senhores de outro.

Nas décadas de 1550 e 1560 não havia praticamente escravos africanos no Nordeste, uma vez que a mão-de-obra, então, era constituída de escravos índios ou, em muito menor escala, por índios provenientes das aldeias jesuíticas que recebiam um salário ínfimo (FAUSTO, 1994, p. 79), segundo quem a passagem da escravidão indígena para a africana se deu com maior clareza no âmbito da atividade açucareira. Em 1574 os escravos africanos eram 7% da força de trabalho, em 1591, 37% e, em 1638, africanos e afro-descendentes eram totalmente responsáveis pela manutenção da atividade açucareira no Nordeste.

Por sua vez, os senhores de engenho, que detinham considerável poder político, social e econômico na vida da Colônia, formavam uma

aristocracia de poder e riqueza, embora não constituíssem uma nobreza hereditária, a exemplo do que ocorria na Europa. Os títulos outorgados pelo rei por serviços prestados não passavam aos herdeiros.

Os senhores de engenho podiam ser de origem nobre, detentores de altos cargos na administração da Colônia, como imigrantes com posses e comerciantes. Poucos, contudo, eram fidalgos, e alguns eram cristãos-novos¹⁶.

Entre os escravos e os senhores estavam os libertos e os trabalhadores brancos, que trabalhavam com serviços especializados como artesãos, ferreiros, carpinteiros, serralheiros, dentre outros, e mestres-de-açúcar. Já os homens livres, mais numerosos, desenvolviam atividades ligadas ao engenho, como plantadores de cana, e pequenos produtores independentes, que não tinham recursos para montar um engenho.

A atividade açucareira deixou de representar atividade econômica predominante na Colônia em meados do século XIX.

O fumo, outra atividade econômica importante destinada à exportação na Colônia, teve, no recôncavo baiano, seu maior plantio, cultivado por pequenos produtores, dentre os quais mulatos, num percentual de 77% no final do século XVIII.

Houve, também, grandes proprietários que cultivavam o fumo, associado, entretanto, a outras culturas, nas quais se utilizavam lavradores escravos.

A criação de gado vacum, iniciada nas proximidades dos engenhos para dar suporte às suas tarefas, acaba por se expandir para o “grande sertão”, segundo Fausto (1994, p. 84), até porque as áreas férteis do litoral eram usadas para o plantio de cana-de-açúcar. Assim, os criadores penetravam no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, da região do rio São Francisco, atingiram os rios Tocantins e Araguaia, já na região Centro-Oeste. Pelas características de manejo do gado, criado livre em grandes extensões de terra, provavelmente as populações dessas regiões fossem compostas majoritariamente por índios e mestiços, embora, ao lado da gente livre e pobre, houvesse também escravos de origem africana.

¹⁶ Cf. nota nº 10, p. 25.

1.5.2. Região Norte

A colonização ocorreu de forma muito lenta na região norte, tendo sido precária sua integração econômica ao mercado europeu até fins do século XVIII. Não se tratava, porém, de uma região homogênea, pois o Maranhão, por exemplo, cuja capital São Luís foi fundada pelos franceses em 1612, tinha profundas diferenças em relação ao restante da Amazônia, desprezada pelos portugueses, que não se interessavam muito em nela se instalar. Na iminência de perda territorial para os invasores, os portugueses fundaram Belém, em 1616, dando início à gradual e progressiva penetração pelo rio Amazonas, até o Peru, tendo criado um posto avançado na foz do rio Negro que, mais tarde, se transformaria na cidade de Manaus.

O Norte teve uma administração à parte do restante da Colônia por parte da Coroa portuguesa que criou os estados do Maranhão e do Grão-Pará. A influência indígena, tanto cultural quanto em população, foi nítida na região, a “língua franca”, uma variante do tupi, foi a língua dominante no século XVIII, tendo havido, ademais, e por isso também, forte mestiçagem da população dada a rara existência de mulheres brancas em relação à imigração de brancos, que, assim, tinham filhos com as índias.

As tentativas de implantação de extensas culturas de cana-de-açúcar e algodão, com base no trabalho escravo do índio, fracassaram, pelo menos até as últimas décadas do século XVIII, segundo Fausto (1994, p. 90), embora o Maranhão tenha se tornado grande produtor de algodão, cultivo que se espalhou por todo o Nordeste. A produção do Norte teve por base produtos da floresta, as ditas “drogas do sertão”, como a baunilha, a salsaparrilha e, sobretudo, o cacau nativo, colhidos pelos índios e levados até Belém para comercialização.

A atividade missionária das ordens religiosas, tendo à frente os jesuítas, teve forte atuação na região norte, em razão da grande presença de índios. Estima-se que, em torno de 1740, cerca de 50 mil índios viviam em aldeias jesuíticas e franciscanas¹⁷.

¹⁷ Fausto (1994, p. 94) destaca a vinda do Padre Antônio Vieira para o Brasil em 1653, como provincial da ordem dos jesuítas, realizando intensa pregação para que se limitassem os abusos cometidos contra os índios.

Houve diversos conflitos entre a Coroa, os colonizadores e os religiosos, pois os jesuítas, dentre os últimos, além de possuírem extensas fazendas de gado vacum, plantações de algodão, engenhos e forte participação no comércio das “drogas do sertão”, implantaram um projeto de aculturação e controle dos indígenas diverso daquele dos colonizadores, chegando a ser expulsos do Maranhão em 1684. Voltaram em 1686 com o apoio da Coroa portuguesa, até que foram definitivamente expulsos em 1759¹⁸.

A princípio isolada, a região norte passa a ter contato mais freqüente com a região centro-oeste, após o declínio das monções de Porto Feliz para Cuiabá e Mato Grosso, em meados do século XVIII, iniciando-se nova rota de navegação, de Mato Grosso para a Vila de Belém do Grão-Pará, através dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas (SILVA, 2005a, p. 13).

1.5.3. Regiões Sudeste e Centro-Sul

1.5.3.1. Capitania de São Paulo e Minas do Ouro

Como todo o processo de colonização ocorrido no Brasil, também o de São Vicente começou pelo litoral¹⁹ com o plantio da cana-de-açúcar e a construção de engenhos, atividade que não prosperou dada a desigual concorrência da produção do Nordeste, mais próximo dos portos europeus.

A existência de índios, em grande número, atraiu os primeiros jesuítas para a região. Embora tivessem objetivos diferentes, juntamente com os colonizadores escalaram a Serra do Mar até o Planalto de Piratininga, onde, em 1554, instalaram o povoado de São Paulo, transformado em vila em 1561, aí criando o colégio dos jesuítas²⁰.

Voltados para o sertão, já que estavam separados do litoral pela Serra do Mar, os colonizadores, percorrendo as trilhas dos índios, começaram a

¹⁸ O Marquês do Pombal, através da reforma de estado que promoveu, expulsou, em 1759, os jesuítas dos domínios da Coroa portuguesa (FAUSTO, 1994, p. 109–112).

¹⁹ Salvador (1982), citado por Fausto (1994, p. 91), ao passo que lamentava o caráter predatório da colonização, afirmava que os portugueses, “arranhando as costas” do Brasil como caranguejos, foram incapazes, até então, de ocupar o interior da Colônia.

²⁰ Abreu (1975, p. 34) afirma, a respeito do caminho entre São Vicente e São Paulo: “não era cômodo, mesmo aproveitados os trechos navegáveis do Cubatão e de um dos afluentes do Tietê”. Cita Fernão Cardim que, em viagem de 1585, diz: “o caminho é tão íngreme que às vezes iam pegando com as mãos”, antes de chegar ao cume de Paranapiacaba; e depois de passado: “Todo o caminho é cheio de tijucos, o pior que nunca vi, e sempre iam subindo e descendo serras altíssimas e passando rios caudais de água frigidíssima”.

utilizar o rio Tietê e o rio Parnaíba, além de outros rios, para ocupação do interior da província²¹.

Abreu (1975, p. 35) afirma que, à volta de São Paulo, grande número de vilas prosperava no século XVII: Taubaté, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí e Sorocaba, dentre outras, cada qual demandando, rumo ao sertão, destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as Minas Gerais; Ararituaba, mais tarde Porto Feliz, indicava o caminho para Cuiabá e Mato Grosso; Jundiaí para “Guaiáz”, e Sorocaba para os campos de pinheiros onde já surgia Curitiba.²²

De acordo com Fausto (1994, p. 93), algumas semelhanças podem ser identificadas, então, entre a região paulista e a região norte da Colônia: fraqueza de uma cultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre missionários e colonizadores pelo controle dos índios, escassez da moeda e freqüente uso da troca nas relações comerciais, além do extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, que deu origem ao mameluco, mestiço de branco com índio.

Até o século XVIII, a língua que predominava na região de São Paulo era a chamada “língua geral”, que, segundo Santiago-Almeida (2000, p. 27), consistia de “influências principalmente do substrato de línguas indígenas, seja do tronco tupi, ou tupi-guarani, base da dita “língua geral” da costa brasileira, seja do tronco macrojê, do qual nenhuma das línguas foi considerada como base dessa “língua geral” paulista”²³.

Missionários e colonizadores mais uma vez entravam em atrito em razão dos métodos e objetivos diversos na subordinação do índio, aqueles indicando limites a estas ações, com base em decisões do papa, e estes, nas da Coroa (1639 – 1640), o que gerou violentas reações no Rio de Janeiro, em

²¹ A este respeito, cf. Ribeiro (1995).

²² O caminho fluvial a partir do Rio Tietê proporcionou a realização das monções, no século XVIII, para a exploração das minas do Cuiabá e Mato Grosso. Cf. Luis (1938), Setúbal (1983), Holanda (1975, 1986, 1990), Silva (2005a, 2005b, 2005c), Volpato (1987), Taunay (1975), Costa (1999), Santiago-Almeida (2000) e Siqueira (2002), dentre outros.

²³ Santiago-Almeida (2000, p. 27), referindo-se à opinião de Houaiss (1992, p. 53-54), afirma que o sucesso da catequese dos índios pelos jesuítas, a partir do século XVI, estaria comprometido se fossem usados o português, o espanhol ou o latim. Daí a opção pelo uso de uma língua comum, “geral”, que expressasse, na essência, várias línguas afins. Essa “língua geral”, ainda de acordo com Santiago-Almeida (2000, p. 16), embora tenha sido proibida no reino em 1757 pela reforma pombalina, tendo-se indicado o uso obrigatório e exclusivo da língua portuguesa, “durante todo o século XVI os brasilíndios ou mamelucos paulistas falavam duas vezes mais a dita “língua geral” do que o português, sendo esta a oficial, da administração, do comércio, ensinada na escola, e aquela, a caseira, de uso cotidiano. Segundo Rodrigues (1993, p. 97), citado pelo referido autor” (p. 27), os últimos falantes da “língua geral” paulista devem ter morrido no início do século XX.

Santos e em São Paulo, tendo os jesuítas, então, sido expulsos da região, retornando apenas em 1653 a São Paulo.

De conformidade com Fausto (1994, p. 93), embora tivesse havido inicialmente semelhanças entre o Norte e a região de São Paulo, já a partir do século XVI, em São Paulo começou-se a plantar a uva, o algodão e o trigo. Os criadores de gado paulistas espalharam-se pelo Nordeste, entrando pelo rio São Francisco até o Piauí. O Sul, onde situa-se hoje o estado do Paraná, era praticamente uma extensão de São Paulo, tendo o gado vacum dos paulistas se espalhado por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (Uruguai).

Combinadas as iniciativas privadas com a ação da Coroa, esta interessada em assegurar a ocupação da região e a expansão da Colônia, foram trazidos imigrantes dos Açores e de São Paulo para a fundação de Laguna, em Santa Catarina. Em 1684, às margens do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, estabeleceu-se a Colônia do Sacramento, com o objetivo de interferência no comércio do Alto Peru, em especial da prata, que, pelo rio, era levada ao exterior²⁴.

A vocação da sociedade constituída no planalto de Piratininga “estaria no caminho que convida ao movimento; não na grande propriedade rural,” de acordo com Holanda (1990, p. 16). Essa característica dos paulistas estava de certa forma condicionada pelas dificuldades do lugar e pela falta de alimentos. Longe dos principais centros da Colônia, localizados no Nordeste, não se conseguia importar suficiente mão-de-obra escrava negra, tendo que se contentar com os índios, para cuja detenção “são forçados a correr sertões inóspitos e ignorados” (HOLANDA, 1990, p. 16).

A imposição de costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole fez-se de forma lenta, o que trouxe profundas conseqüências. Em São Paulo, por exemplo, a língua portuguesa veio ser mais usada do que a língua geral apenas no século XVIII. Tendo, já no final do século XVII, o nome de São Vicente, a agora Capitania de São Paulo continuava a receber pequena

²⁴ Costa (1999) trata dos caminhos fluviais, a partir da foz do Rio da Prata, passando pelo pantanal mato-grossense, denominado Chaco ou Lago de Xarayes, até serem alcançados os Andes à procura de metais, especialmente a prata, transportada pelo rio homônimo pelos espanhóis.

atenção da Coroa por sua pobreza e pouca importância no contexto da Colônia.

Nessas circunstâncias, de acordo com Holanda (2001, p. 34), na “república dos mamelucos (...) gozavam ali os bandeirantes de uma liberdade que era antes de tudo fruto de sua pobreza”. Essa liberdade e abandono, maior do que nas demais capitânicas, como fruto da ação colonizadora na terra dos “insolentes” paulistas, realiza-se como um processo de adaptação contínua às condições específicas do ambiente, marcada por padrões rudes e primitivos. Assim, o paulista, para o qual o indígena se transforma em iniciador e guia, tem “a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio” (HOLANDA, 1990, p. 16)²⁵.

Corroborando essa visão de pobreza dos paulistas, Prado Júnior (1973, p. 68) assegura que foi acentuada pela “considerável sangria sofrida (...) no século do bandeirismo e mais tarde com a emigração para as minas” e que São Paulo inicia sua recuperação apenas nos fins do século XVIII com a agricultura extensiva.

Opondo-se, entretanto, às análises de Holanda (1990) e Prado Júnior (1973) anteriormente explicitadas, Cortesão (1964, p. 303), ao contrapor-se a Ellis Júnior (1926), garante que parece haver exagero quanto à pobreza dos paulistas e muito mais à sua importância como causa das bandeiras, podendo-se crer que “uma sólida mediania” foi sua base, afirmativa calcada no “informe secreto de Manuel João, para explicar o grande aumento das vendas reais desde o começo do século XVII”:

Esto digo por la mucha riqueza desta tierra, que desde 16 años (desde 1620) hasta ahora tiene (...) abundancia de trigo (...) muchos mantenimientos, muchas carnes, mucho algodón (...) El oro desta tierra es mucho (...)

A análise de Cortesão parece proceder, já que as bandeiras empreendidas pelos paulistas na vida colonial do século XVII, constituídas de expedições que reuniam milhares de índios²⁶, rumaram ao sertão, onde

²⁵ Também Siqueira (2002, p. 24-27) refere-se às características do paulista, seu *modus vivendi* e aos desafios do desbravamento do interior da Colônia.

²⁶ Segundo Volpato (1987, p. 30), “A utilização do índio como mão-de-obra colocou o colonizador em contato com as técnicas indígenas de sobrevivência”, o que facilitou a exploração dos sertões.

passavam meses e até anos, em busca de mais índios a serem escravizados e metais preciosos como ouro, diamante e esmeralda, de acordo com Fausto (1994, p. 94). Nelas o número de mamelucos e índios sempre superou o de brancos.²⁷

Essas jornadas impunham penosa aprendizagem. Era necessário resistir à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico precisava ser levado ao extremo; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, em especial com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos viajantes²⁸. Além do mais, o sertanista aprende a andar descalço, a caminhar em “fila índia”, quase sempre sem o uso de cavaleiros e muares, de acordo com Holanda (1990, p. 17).

As bandeiras, assim, tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, Mato Grosso e Guairá, localizada no oeste do Paraná, entre os rios Paranapanema e Iguaçu, onde havia aldeias de índios organizadas pelos jesuítas espanhóis.²⁹

Além das expedições organizadas para a captura de índios no centro-sul e caça de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, Cuiabá, Mato Grosso e Goiás, os bandeirantes paulistas, movidos por interesses próprios ou da Coroa, além de terem sido decisivos para a expansão da fronteira oeste da Colônia para além do Tratado de Tordesilhas, ainda participaram do combate a rebeliões, como a Guerra dos Bárbaros (1683-1713), no Rio Grande do Norte, e da liquidação do Quilombo dos Palmares (1690-1695), em Alagoas, tendo à frente Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida, de acordo com Fausto (1994, p. 97).³⁰

Ao tempo da descoberta de ouro nas minas, São Paulo reivindicou ao rei de Portugal que apenas moradores da Vila de São Paulo a elas acessem, no que não foi atendido, às minas imigrando portugueses e brasileiros,

²⁷ A grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares, por exemplo, era composta por 69 brancos, 900 mamelucos e 2000 indígenas (FAUSTO, 1994, p. 94).

²⁸ A propósito de plantas medicinais, doenças e práticas de cura na Capitania de Mato Grosso, consultar Anzai (2004).

²⁹ Entre 1648 e 1652, Raposo Tavares percorreu 12 mil quilômetros, em direção ao Paraguai, até os contrafortes dos Andes, depois rumo ao atual estado de Rondônia para, descendo os rios Mamoré, Madeira e Amazonas, chegar a Belém, no Pará, segundo Fausto (1994, p. 96).

³⁰ Ellis Júnior (1926) e Taunay (1975), entre 1920 e 1950, estão entre os responsáveis por exaltarem a discutível e polêmica “superioridade racial dos paulistas, derivada da existência, em número ponderável, de uma população branca, do êxito do cruzamento com o índio e da tardia entrada do negro na região”.

principalmente baianos³¹. Os paulistas não tiveram êxito, mas conseguiram a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada da do Rio de Janeiro, em 1709, e a elevação a cidade da Vila de São Paulo, em 1711.

Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, altera-se sua abrangência, reorganizando-se suas fronteiras pelo alvará de 2 de dezembro de 1720, de Dom João V. Cria-se a Capitania de Minas Gerais, desmembrada da Capitania de São Paulo, anexando-se a esta parte do território da Capitania do Rio de Janeiro. Assim, a Capitania de São Paulo passou a divisar a leste com a Capitania de Minas Gerais, desmembrada da Capitania de São Paulo, tendo-se integrado a esta parte do território da Capitania do Rio de Janeiro.

Luis (1938, p. 10) afirma:

A capitania de São Paulo (...) compreendia um território que, a leste, ia entestar com a recém criada Capitania de Minas Geraes (...) e que se desenvolvia pelo litoral abrangendo as Villas de Paraty, Ubatuba, São Sebastião, Santos e mais villas que ficassem ao sul, até as indeterminadas fronteiras espanholas; pelo sertão, ao norte e a oeste, as suas fronteiras seriam aquellas que a ousadia dos paulistas traçasse com suas aventuras e conquistas.

Como o ouro teve forte influência na migração interna na Colônia, e na imigração principalmente de portugueses à procura de riqueza fácil, a Coroa, procurando evitar que as minas de ouro se transformassem em território livre, despovoando Portugal, estabeleceu normas para a emigração. Assim, por ordem régia, determinou-se a prisão de religiosos que estivessem “sem emprego ou licença” (1738) e a exportação interna de produtos portugueses da Bahia para as Minas, evitando-se o desabastecimento do Nordeste, assim como o estabelecimento de cotas de entrada de escravos na região mineira.

Embora não se refira ao motivo aqui alegado, prisão de religiosos “sem emprego ou licença”, no Ms 38, p. 191, linhas 1264 a 1266, capítulo 2, escrito em Porto Alegre – RS, em 16/10/1803, o subscritor solicita ao governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, Antonio Jozé da Franca e Horta, providências quanto ao cumprimento de determinação em que

³¹ Desse conflito resultou a Guerra dos Emboabas (1708-1709), opondo paulistas, de um lado, e estrangeiros e bahianos, de outro (FAUSTO, 1994, p. 100).

(...) *Sua Alteza Real* ordena aprizaõ deFrei/Domingos de NossaSenhora Religiozo Do/minicano (...).

que teria fugido para a Capitania de São Paulo, embora afirme, às linhas 1279 a 1281:

Naõ deixarei comtudo de pedir aoGo=/vernador de Monte Vidio aentrega deste Religi=/ozo (...)

Os objetivos da Coroa eram os de organizar a sociedade e arrecadar impostos. Dessa forma, acampamentos garimpeiros foram transformados em núcleos urbanos e criado um aparelho burocrático com diferentes funções. Em 1711, o governador de São Paulo e Minas do Ouro transformou em vila os acampamentos de Ribeirão do Carmo, elevada a cidade com o nome de Mariana em 1745, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Pitangui, São João Del Rei e outros.

Procurando assegurar a “lei e a ordem”, a coroa criou juntas de julgamento, nomeou ouvidores, responsáveis também por supervisionar a arrecadação do quinto do ouro.

Havia dois sistemas de cobranças de tributos sobre o ouro. O primeiro era o *quinto*, ou seja, a quinta parte de todos os metais deveria pertencer ao rei de Portugal. O segundo era a *capitação*, lançada pela Coroa em substituição ao *quinto*, visando aumentar a arrecadação de impostos. Era um imposto cobrado dos mineradores por cabeça de escravo, produtivo ou não, homem ou mulher, maiores de doze anos. Tanto os faiscadores, que eram mineradores sem escravos, quanto estabelecimentos comerciais, oficinas, hospedarias, matadouros etc. pagariam o tributo. Esse sistema de *capitação* foi introduzido na administração do Marquês de Pombal (1750-1777), também responsável pela expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal (FAUSTO, 1994, p. 100-110).

As dificuldades da Coroa portuguesa em arrecadar os quintos ou a *capitação*, assim como seu transporte das Minas Gerais, Cuiabá, Mato Grosso e Vila Boa à “Fazenda real” eram agravadas, seja pelo isolamento e pela distância desses locais de extração do ouro, seja pelos decorrentes transtornos

de administração da Capitania de São Paulo em razão desses fatores e de sua dimensão.

Nesse sentido, os Ms's 2, 8, 13 e 17, p. 75, 93, 109 e 121, capítulo 2, escritos em Vila Rica-MG – 26/12/1721; em local não identificado – 28/12/1723; em Vila Boa-GO – 06/06/1736 e 17/04/1746, respectivamente, apresentam justificativas pela não remessa do ouro e cobrança dos quintos devidos ou sobre o controle e guarda do ouro, como no Ms 13, p. 109, linhas 414 a 417, recomendando-se,

(...) ocui/dado meudodefazer conservar balanças para as Intendencias, fazer pe/zar eexaminar osouros, remeterlivros, ebilhetes, assistir aofechar/asborrachas, emeter nosCaixoeñs (...)

Ainda com propósito semelhante, o Ms 9, p. 95, linhas 276 a 279, capítulo 2, escrito em Vila Rica-MG, em 31/10/1724, ao capitão-general e governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, refere-se a lei de 11/02/1719 de “*Sua Magestade*”, que

(...) ordenaquepara/ fora destas minas Senamleveouro algum quenamforfundido, e/ marcado nestaCasa defundiçam paraConstarquetempagoo/quinto (...)

Em 1719, com os objetivos de controlar os escravos, escoltar o transporte do ouro e reprimir distúrbios de toda natureza, a Coroa enviou para as Minas Gerais duas companhias de Dragões, forças militares profissionais, e também criou aí milícias compostas por brancos, negros e mulatos do próprio lugar.

O caminho percorrido pelos paulistas para acorrerem às minas de ouro, a partir da Vila de São Paulo, passava por Extrema, Camanducaia, Campanha da Princesa, Baependi, São João Del Rei, Vila Rica do Ouro Preto, Vila do Carmo, mais tarde Mariana, Sabará, Caeté, Catas Altas, atingindo até o Tijuco, Diamantina e Serro Frio, dentre outras localidades³².

³² Muitos dos documentos manuscritos editados em fac-símile e na forma semidiplomática no capítulo 2 foram escritos nas localidades relacionadas, que compunham o caminho terrestre da Vila de São Paulo até as minas do ouro, tanto antes como depois da criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, desmembrada da Capitania de São Paulo.

A propósito desse roteiro da Vila de São Paulo para as minas de ouro, os Ms's 6 e 7, p. 87 e 91, capítulo 2, ambos de 04/04/1723, escritos em Baependy-MG, referem-se a este lugar – Baependy – como “Caminho Velho das Minas”, como de fato pode-se constatar no mapa à página 59 deste capítulo.

1.5.3.2. Capitania de Minas Gerais

Criada através do alvará de 2 de dezembro de 1720, segundo Luis (1938, p. 9), desmembrada da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a Capitania de Minas Gerais, conforme se afirmou na seção 1.5.3.1., atraiu gente de todo tipo: paulistas, acompanhados de seus escravos índios, colonos de todas as partes da Colônia, em especial da Bahia, portugueses, não apenas mineradores, mas negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas e militares, dentre outros. A vida social das minas concentrou-se nas cidades, centro de residência, de negócios, de festas comemorativas, onde ocorreram manifestações culturais notáveis no campo das artes, das letras e da música, e o surgimento, também, das associações religiosas leigas – as Irmandades e Ordens Terceiras –, já que as ordens religiosas foram proibidas em Minas Gerais.³³

Nesse contexto, cuidados com instrução formal podem ser constatados no Ms 1, de 12/01/1707, escrito em Campanha-MG por Francisco Jozé de Sampayo, p. 73, linhas 6 a 8, capítulo 2, afirmando ter recebido

(...) huma carta do meu Pai con/ que affirma estar vaga a cadeira de Gramatica Latina dessa Cidade e me/ persuade ja peça apprezentando os documentos que tenho (...)

E, ainda, o Ms 71, p. 295, linhas 2349 a 2352, capítulo 2, de 08/01/1821, escrito em Vila Rica-MG, em que Dom Manoel de Portugal e

³³ Segundo Fausto (1994, p. 102), as ordens religiosas leigas foram responsáveis pela construção das igrejas barrocas mineiras, em que se destacou o mulato Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, filho ilegítimo de um construtor português e de uma escrava.

Castro dirige-se ao governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso para:

(...) apresentar (...) Ambrosio Losier, Professor de Physica, e Mathematica,/ o qual se destina a essa Capitania, e que havendo-me sido recommendado/ por pessoas daCorte, e tendo-se conduzido muito bem no tempo que esteve/ nestaVilla(...)

Os escravos estavam na base da sociedade, como responsáveis pelo duro trabalho do garimpo do ouro, seja, a princípio, no leito dos rios, e, depois, nas galerias subterrâneas³⁴. Eram acometidos de doenças como disenteria, malária e infecções pulmonares, levando-os, quase sempre, à morte. Morriam também de acidentes nas minas e tinham uma vida útil de minerador que não ultrapassava sete anos.³⁵

A população na Capitania de Minas Gerais, em 1776, era composta por esmagadora presença de negros e mulatos. Dentre os 320 mil habitantes, os negros somavam 52,2%, os mulatos 25,7% e os brancos 22,1%, tendo havido, ao longo dos anos, intensa miscigenação de raças.

O Ms 4, p. 83, linhas 111 a 114, capítulo 2, escrito em Villa Rica em 28/11/1722 por ((M))m Lourenço de Almeyda ao então governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, relata:

Para essa capitania fogio humSalvadorCar-/dozoLeytam *natural* do Rio de Janeiro homé de meya/ idade, eleuou consigo huá negra chamada Domin-/gas crioula, *que* algum tempo foi sua (...)

Adicionalmente, ainda a respeito da presença de negros no cotidiano da Colônia, observem-se: o Ms 26, de 13/09/1779, escrito em Tagoary, p. 145, capítulo 2, em que se diz:

³⁴ Diferentemente da mineração do ouro nas Minas Gerais, o garimpo nas minas do Cuiabá e Mato Grosso era apenas de aluvião, ou seja, faíscas e pepitas em cascalho superficial ou no leito dos rios (VOLPATO, 1987).

³⁵ Sobre as doenças que acometiam os escravos nas minas de ouro da Capitania de Mato Grosso, Anzai (2004, p. 165-172) adota como fonte principal de pesquisa em sua tese de doutoramento o manuscrito *Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso*, da lavra de Alexandre Rodrigues Ferreira. Para maior detalhamento, ver *As doenças da capitania*, capítulo 4 de sua tese.

Haverã trez mezes, compouca diferença, *que* passou neste porto,/ hũ Luiz Manoel de Abreu, *que* nesta Cidade foy *requerente*; este pornaõ/ poder conduzir huã negra, mepedio adeixasse ficar em *minha* Caza (...) (linhas 751 a 753) (...) mas logo tiue *noticia* *que* anegra naõ era Sua propria/ esCraua (...) (linhas 755 e 756);

e o Ms 27, de 12/06/1793, escrito em Vila Boa - Goiás, p. 147, capítulo 2, em que o subscritor, a respeito de uma disputa, afirma:

Ainda, que eu tenho ou=vido aos dois contendores (...) (linhas 776 e 777) (...) nem assim posso concordár os extremos das suas/incontradas narraçoeñs (...) (linhas 779 e 780) (...) parapoder informár a *Vossa Excellencia* a respeito do/trato, pagamento, ouvenda dos des escravos (...) (linhas 781 e 782)

Quanto à forte miscigenação, é sintomático e instigante que, em 1812, sob o rótulo de “mestiço escuro”, o Ms 51, p. 229, de 25/02/1812, escrito em Campanha da Princeza-MG, da lavra de signatário não identificado ao Marquês de Alegrete, refira-se a:

(...) positivaz Ordens para ser prezo Joaõ Ig/nacio peão *que* tem seis dedos emhum pé, pelo/ crime dese achar complice no assacinio (...) (linhas 1679 a 1681) (...) *que* a trez annos esteve nesta *Villa* donde fugio cri/minozo, hemestiço escuro, corpulento mal/ encarado, e consta ser natural de Coritiba,/ onde talvez procure refugiarse. (linhas 1692 a 1695) (grifo nosso).

No período inicial da corrida pelo ouro das Minas Gerais, na última década do século XVII e no início do século XVIII, por falta de suporte de outras atividades, houve escassez de alimentos, tendo sido gerada uma inflação que atingiu toda a Colônia. Muitos acampamentos foram abandonados em razão da fome, que atingiu limites extremos.³⁶ Aos poucos, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas alteraram essa situação e Minas Gerais acabou por acumular riquezas, embora concentradas nas mãos de poucos, como as manifestadas na construção de igrejas e nas obras de arte

³⁶ Cf. Volpato (1987, p. 109-111) a respeito da fome e doenças que atingiram as minas de ouro de Cuiabá e do Mato Grosso nas décadas de 20 e 30 do século XVIII.

das cidades históricas. Mas a grande massa da população livre era constituída de gente pobre. “Certamente, a sociedade mineira foi mais aberta, mais complexa do que a do açúcar. Mas nem por isso deixou de ser em seu conjunto, uma sociedade pobre” (FAUSTO, 1994, p. 105).

Pode-se dizer que houve um período do ouro, o que não se pode afirmar para o açúcar, tendo tido seu apogeu entre 1733 e 1748, não que tenha deixado de existir, mas sua exploração tornou-se economicamente inviável. No início do século XIX, o ouro já não tinha grande peso na economia da Colônia. Minas Gerais entrou em nítido retrocesso então, e Ouro Preto, que possuía 20 mil habitantes em 1740, registrava apenas 7 mil em 1804. A capitania, contudo, não regrediu como um todo graças à pecuária, aos cereais e, mais tarde, à manufatura e, continuando a importar escravos, expandiu sua economia durante o século XIX.

Nas últimas décadas do século XVIII, o regime colonial entra em crise, causada por fatores diversos, dentre os quais, sem se pretender aqui maior aprofundamento, pode-se citar as novas idéias do chamado “pensamento ilustrado”, desenvolvido por pensadores como Voltaire, Diderot, Montesquieu e Rousseau, dentre outros, que tinham como ponto comum o princípio da razão, dando origem às várias correntes do liberalismo³⁷. Segundo Novais (1979, p. 147), o movimento ilustrado promoveu uma crítica contundente ao colonialismo mercantilista.

Essas idéias provocaram nas colônias americanas o “direito à insurreição”, culminando com o movimento de independência das colônias inglesas, a Inconfidência Mineira, em 1792, movida também por problemas diversos, e a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, todas, porém, reflexo da crise do sistema colonial³⁸, além da Revolução Francesa, em 1776, da Revolução Industrial e de um forte sentimento de extinção da escravatura, que, muito tardiamente, ocorreria no Brasil apenas em 1888.

³⁷ A doutrina liberal, no plano econômico, defende o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se à segurança e à educação dos indivíduos, e, no plano político, ao direito de representação dos indivíduos, sustentando que, neles, e não no poder dos reis, se encontra a soberania (FAUSTO, 1994, p. 107).

³⁸ Smith (1776) faz críticas ao sistema colonial, dentre as quais à escravidão como instituição anacrônica incapaz de competir com a mão-de-obra livre, segundo Fausto (1994, p. 108).

1.5.3.3. Expansão da Capitania de São Paulo rumo ao Oeste

As bandeiras paulistas, desde 1622, a partir de São Paulo, Sorocaba, Itu e Parnaíba, percorreram terras da região central brasileira de forma sistemática e constante, capturando índios para o trabalho escravo ou assolando as povoações de castelhanos, já em domínio espanhol, desrespeitando o Tratado de Madri. Foram realizadas diversas expedições, dentre elas as de Luiz Pedroso Xavier e Antônio Castanho da Silva, que morreu entre os índios da cordilheira peruana dos Andes, de Raposo Tavares, que em 1648 ultrapassou o rio Paraguai, em território espanhol, de Manuel de Campos Bicudo, que penetrou vinte e quatro vezes a área entre os rios Paraná e Paraguai, de Antônio Ferraz de Araújo e Manoel de Frias, que em 1690 desceu o rio Tietê, alcançando as missões dos Chiquitos e Santa Cruz de La Sierra, na atual Bolívia (HOLANDA, 1990, p. 43).³⁹

Muito antes da descoberta do ouro, feita por Paschoal Moreira Cabral junto à barra do rio Coxipó-Mirim, em 1718, Fernando Dias Falcão e Antônio Pires de Campos haviam percorrido o rio Cuiabá à procura do gentio Coxiponé que habitava a região. De conformidade com José Barbosa de Sá,

tamanho foi o alvoroço com a descoberta de ouro nesta região, que em São Paulo, nas Minas Gerais e no litoral se aballarão muitas gentes deixando cazas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes Sertoens como se fora a terra da promessa ou o Parayso incoberto em que Deus pos nossos primeiros paes.

Esse fato motivou o início do que se convencionou chamar de *monções*, expedições fluviais que se realizaram entre Porto Feliz e Cuiabá com o objetivo de exploração do ouro.⁴⁰

O período mais propício para a saída das monções é o que vai de março a junho, até a festa de São João, por tratar-se de época em que os rios ainda estão cheios, o que facilitava a navegação.

³⁹ Conferir os Ms's 60, 61 e 62, p. 261, 267 e 271, capítulo 2, a propósito de fuga para Cuiabá dos governadores dessas províncias espanholas em razão de rebeliões em seu território.

⁴⁰ De acordo com Silva (2005a, p. 9), o termo *monção* significa tempo favorável, passando a significar também época adequada à navegação. No século XVIII, no Brasil, este termo começou a ser usado como expedição fluvial.

Do Porto de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araritaguaba, mais tarde Porto Feliz, à margem do rio Tietê, partiam as monções rumo ao Cuiabá. O roteiro, iniciando-se pelo rio Tietê, marcado por inúmeras cachoeiras e corredeiras, tornava a viagem penosa, como de fato o era todo o percurso, que durava em média quatro meses.⁴¹

Deixando o rio Tietê, caía-se no rio Grande, hoje rio Paraná, que, embora não fosse encachoeirado, era sujeito às tormentas em razão dos ventos, cujo perigo estava na formação de grandes redemoinhos⁴².

Já em 1820, no fim do período colonial, a propósito dos índios das proximidades do rio Paraná, o Ms 70, de 12/12/1820, p. 293, capítulo 2, escrito em Vila Rica – MG por Dom Manoel de Portugal e Castro ao capitão-general e governador da Capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto d’Oeynhausen, relata:

(...) me enviava *Vossa Excellencia* huma relação/das ferramentas (...) (linhas 2330 e 2331)
(...) para a Civilização dos Indios da margem do Paraná (...) (linha 2334)
(...) para a abertura de huma/ estrada nas Aldeas dos ditos Indios (...) (linhas 2339 e 2340)

Chegando-se à barra do rio Pardo, seguia-se seu curso, de forma difícil e morosa, em razão das mais de trinta cachoeiras, até o Sanguexuga⁴³. Vinha, então, o varadouro de Camapoã, trecho em que se carregavam as canoas e as cargas nos ombros. Em seguida, tomava-se o rio Anhandeú-Guaçu, alcançando-se a bacia do rio Paraguai, através, provavelmente, do atual rio Aquidauana, antigo rio Mbotetéu, após vencer a pé a região onde hoje se encontra a cidade de Campo Grande. Passando pelas margens da Vacaria,

⁴¹ Taunay (1975, p. 11-22), além de descrever o que chama de monções cuiabanas, informa que o rio Tietê chamou-se assim em determinado trecho e, em outros, de Anhembí, que Dom Luís de Céspedes Xeria disse significar “rio de unas aves añumas”, definição contestada por muitos que defendem seu significado como “rio grande, caudaloso”. Tietê foi grafado de várias maneiras: Theatê, Teitê, Teeté, Tyethrê e Tyethê.

⁴² Já em 1628, Dom Luiz de Céspedes Xeria afirmava, em seu diário, a propósito deste rio: “grandissimos remolinos de água y de mucho peligro para las canoas, donde me desembarqué con toda mi gente, siendo por tierra grande pedazo y las canoas por este peligro” (HOLANDA, 1990, p. 78).

⁴³ As bandeiras seiscentistas, ao invés de utilizarem o caminho Pardo-Sanguexuga, percorriam o trajeto Pardo-Anhanduí. Outra alternativa que teria sido usada, já no final do século XVIII, pela bandeira comandada por Antonio Ferraz de Araújo e Manuel de Frias até a missão de Chiquitos, dos padres da Companhia de Jesus, foi a navegação pelo rio Ivinheima, “quase um prolongamento da estrada fluvial representada pelo Rio Paranapanema,” passagem natural para os campos de Vacaria e as fundações de Itatim (HOLANDA, 1990, p. 82-83).

alcançava-se o rio Paraguai, próximo a Santiago de Xerez,⁴⁴ tendo-se constituído caminho para as minas do Cuiabá e Mato Grosso também pelo varadeiro de Camapoã, onde se situava fazenda que servia de pousada e apoio às monções, rota preferida durante o século XVIII.

O varadeiro de Camapoã, importante entreposto de descanso e abastecimento das monções para Cuiabá e Mato Grosso, é citado no Ms 66, p. 281, linhas 2235 e 2239, capítulo 2, de 08/04/1820, escrito em Cuiabá-MT por Francisco de Paula Magalhães Farias de Carvalho ao capitão-general governador da Capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto d'Oeynhausen, em que informa:

(...) para fazer-/mos estas Expediçoens mais commodas, emais prom-/ptas, eu me satisfaço, que VossaExcellencia mande por tudo/ em Camapoam, fazendo dali regressar as Expedi-/çoens outra vez para Porto Feliz (...)

Enfim, o rio Paraguai alcançava o rio Cuiabá e, deste, o Coxipó-Mirim.

O trajeto, entretanto, vencido o rio Pardo e as planícies de Camapoã, além das dificuldades naturais – cachoeiras, calor excessivo, mosquitos e moléstias várias, dentre outras –, especialmente no Pantanal, era marcado pelos ataques dos ferozes Guaicuru⁴⁵, índios cavaleiros, dos Caiapó, dos Guató e dos Paiaguá, responsáveis por dizimar quase completamente algumas monções (HOLANDA, 1990, p. 86).

A propósito dos índios Guaicuru, no Ms 28, p. 149, capítulo 2, de 26/06/1797, escrito em Vila Bela – MT, Bernardo Jozê de Lorena relata ao capitão-general e governador da Capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro:

(...) que os Espanhoes daProvincia da/ Assumpção do Paraguai, vinhaõ marchando de Villa/Real para as cabeceiras doRio Mondego antiga-/mente chamado Embotetin (...) (linhas 804 a 807)

(...) no alcance dos Indios Uaicurus,/ ou Cavaleiros, de quem tem recebido muitos damnos na-/quella Provincia (...) (linhas 813 a 815)

⁴⁴ Cf. Taunay (1975).

⁴⁵ Cf. Ms's 10, 33, 34, e 70, p. 99, 163, 177 e 293, capítulo 2, a respeito de índios.

A propósito do excerto anterior do Ms 28, página 149, Teyssier (1997, p. 6, 64-65), ao tratar das características da língua portuguesa de Portugal, referindo-se às diferenças entre aquela falada no Norte, de menor prestígio, e a do Sul – Lisboa, tida como de maior prestígio, cita, na região norte, o rio Mondego, topônimo também empregado para nomear um rio no roteiro das monções cuiabanas, já em Mato Grosso, indicando como prováveis autores desse ato portugueses, ou descendentes, oriundos daquela região, desejosos por reproduzir na Colônia reminiscências de sua origem. Não é de se estranhar que traços fonológicos como as fricativas /tʃ/ e /dʒ/, do Norte de Portugal, sejam encontradas na Baixada Cuiabana.

Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro – tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego –, que se formou a língua galego – portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII. (p. 6)

Ao descrever as consoantes do galego-português medieval, o mesmo autor afirma:

Havia um par de africadas /tʃ/ e /dʒ/, bem diferentes de /s/ e /z/ (...) como em chama, chave, macho. A partir do século XVII (...) vai ocorrer o desaparecimento de /tʃ/ (e /dʒ/) que perde seu elemento inicial e se confunde, assim, com o /ʃ/ (e /ʒ/) – fenômeno (...) do sul de Portugal. (p. 64)

Entretanto assegura, ainda, que:

Pequenas ilhas de /tʃ/ (e /dʒ/) subsistem no interior da zona /ʃ/ (e /ʒ/), o que ocorre, por exemplo, perto de Figueira da Foz (foz do Mondego). (p. 65)

Em seu Diário de Navegação (1769-1771), relato pormenorizado de viagem a partir de Araraguaba às minas do Cuiabá, “pelo tempo de dous annos e dous mezes Que principia em 10 de marco de 1769”, edições fac-similar e semidiplomática realizadas por Borges (2006, p. 44-575), Teotônio José Juzarte inicia por definir as canoas:

feitas de hũ só páo tem de com=
prido cincoenta té sessenta palmos, e de boca
Cinco athé sete saõ agudas para a proa, e pou=
pa saõ a maneira de huã lansadeira de tece=
laõ
laõ. Naõ tem quilha, nem Leme, nem Na=
vegaõ á vella. Agrossura do casco naõ excede
na borda aduas polegadas.

Ademais, para além da descrição dessas embarcações que continua a fazer, refere-se a quantas pessoas carrega, quais as ferramentas e mantimentos são nelas levados, quem e como são conduzidas pelos rios, além do relato longo e detalhado das cachoeiras, distâncias em léguas, perigos, como picadas de cobras venenosas, insetos, a presença de índios, dificuldades, enfim, do cotidiano das monções cuiabanas.

Para Silva (2005a, p. 12-13), o período das monções vai de princípios do século XVIII até meados do século XIX, tendo-se iniciado alguns anos antes da fundação de Cuiabá, ocorrida em 8 de abril de 1719, pelo bandeirante sorocabano Pascoal Moreira Cabral.

Houve, então, várias monções importantes de Araritaguaba a Cuiabá, destacando-se a do capitão-general e governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes⁴⁶, em 1726, a mais numerosa de todas, com cerca de três mil pessoas; a de 1730, quando foi morto por ataque de índios o ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto; a de 1751, de Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro capitão-general e governador da Capitania de Mato Grosso; a de 1785, que levou a Cuiabá o Juiz de Fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez e o Padre José Manuel de Siqueira⁴⁷; a de 1788, de Francisco José de Lacerda e Almeida; a de Cândido Xavier de Almeida Souza, de 1800, de caráter militar; a de 1826, do naturalista Barão de Langsdorff;⁴⁸ e a última registrada, a do capitão Luís Soares Viegas, de 1858, de cunho militar.

⁴⁶ Os 75 manuscritos, Ms 1 a Ms 75, com as respectivas edições, constantes do capítulo 2 deste trabalho, pertencem ao acervo da Expedição de Rodrigo César de Menezes a Cuiabá, de posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁷ Santos (2005, p. 56-122) apresenta fac-simile e edição semiplomática de manuscrito: *Martyrios. Memórias pelo Padre José Manuel de Siqueira*.

⁴⁸ Os diários de Langsdorff, vol. III, sobre Mato Grosso e Amazônia, org. Danuzio Gil Bernardino da Silva (1997), retratam em detalhes viagem do médico e naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff por Mato Grosso, Amazonas e Pará, a partir de Camapuã, em 21/11/1826, com término à margem esquerda do rio Juruena, a caminho de Santarém – Pará, em 20/05/1826. Essa interrupção brusca do diário, segundo o organizador, teve como motivo o agravamento do estado de saúde de Langsdorff que, a partir de então, não mais recobriria a sanidade mental, em

Descrito o trajeto entre São Paulo e Cuiabá, vale abordar aspectos da fixação dos migrantes na região. “Impôs-se primeiramente conquistar o território ao índio, para depois criar, paulatinamente, condições de sedentaridade” (VOLPATO, 1987, p. 79). O ouro, na região, que teria produção satisfatória por vinte anos, aproximadamente, pode-se dizer teve sua exploração, segundo Volpato (1987, p. 107), caracterizada pela descoberta da primeira lavra em 1719, esgotada já em 1722, quando se deu a descoberta da segunda lavra, próxima ao Morro do Rosário, decadente por volta de 1725, quando a arrecadação dos quintos era já decrescente na região de Cuiabá.

Em razão disso, aventureiros descobriram as jazidas do Vale do rio Guaporé, região mais tarde chamada de Mato Grosso, tendo surgido aí o povoado que viria a ser Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da província de Mato Grosso. O ouro, em ambos os lugares – Cuiabá e Mato Grosso –, era de aluvião, faíscas e pepitas misturadas ao cascalho do cerrado e do leito dos rios.⁴⁹

As dificuldades enfrentadas, então, principalmente em Cuiabá, eram os ataques dos índios Paiaguá, Caiapó e Bororo, e a produção insuficiente de gêneros alimentícios para a manutenção da população.

Apesar disso, dado que a produção de ouro, embora por curto período, foi intensa, era necessário estabelecer em Cuiabá e, após, em Vila Bela, estrutura administrativa e de arrecadação de impostos, por quintos e, depois, por capitação, a exemplo do que ocorreu nas Minas Gerais.

A estrutura administrativa implantada nas minas de Cuiabá, Mato Grosso e Vila Boa, a exemplo do que também se fez nas Minas Gerais, fica em parte evidenciada nos documentos escritos em Cuiabá-MT, Ms's 32, 60, 61, 62, 73 e 75, p. 161, 261, 267, 271, 299 e 305; em Vila Bela – MT, Ms's 21, 23, 28, 45 e 47, p. 131, 137, 149, 213 e 218; e em Vila Boa – GO, Ms's 13, 17, 27 e 63, p. 109, 121, 147 e 273, constantes do capítulo 2, em que são mencionados os

razão de febres várias que o acometeram. Apesar disso, faleceu apenas em 29/06/1852 em Freiburg – Alemanha. A propósito, consultar também Costa (1999).

⁴⁹ Anzai e Amado (2006, p. 28-30), editoras dos *Anais de Vila Bela: 1734-1789*, destacam a importância desses documentos, por constituírem “um formidável manancial de nomes, datas, eventos, números, efemérides, nomeações, etc.”, esclarecendo fatos ainda desconhecidos da história de Mato Grosso no século XVIII, principalmente no tocante às “minas de Mato Grosso”, no vale do rio Guaporé, “que os irmãos paulistas Pais de Barros alcançaram em 1734, à procura de índios, e onde descobriram ouro, dando assim início à primeira ocupação branca da região, com o deslocamento da população de Cuiabá, que já sofria o esgotamento das reservas superficiais”.

cargos de: *Ouvidor, Thezoureiro, Tenente General, Alferes de Dragoeis, Provedor da Fazenda Real, Sargento-mor, Capitam de Auxiliar, Coronel Commandante, Tenente Coronel, Tenente de Dragoeis, Tenente, Capitam General, Secretário d'Estado, Officiais, General, Ajudante de Ordens, Capitão-mor e Alferes*, além de inúmeros outros, de natureza administrativa ou militar, adotados em toda a Colônia.

Rodrigo César de Menezes, capitão-general e governador da Capitania de São Paulo, desloca-se, então, para Cuiabá, em 6 de julho de 1726, tendo ali chegado em 16 de novembro do mesmo ano, em uma grande monção, com cerca de 3000 pessoas, entre brancos, negros e índios, num total aproximado de trezentas canoas, segundo Luís (1938), com o objetivo de organizar administrativamente o povoado, que passou a vila, em 1º de janeiro de 1727, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, mas, principalmente para “aperfeiçoar o systema tributário” (LUÍS, 1938, p. 244), já que se propagava por todos os cantos da Colônia a abundância do ouro, embora a arrecadação dos tributos fosse pequena.⁵⁰

Com a decadência das minas do Cuiabá, e também em razão da descoberta de ouro, outro conglomerado populacional formava-se no distrito de Mato Grosso, no vale do rio Guaporé, no extremo oeste da Colônia, divisa com a atual Bolívia. Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada a 19 de março de 1752, embora sendo, então, o segundo núcleo urbano da região, após Cuiabá, foi indicada como primeira capital de Mato Grosso, transformado em capitania, desmembrada da de São Paulo, através do alvará de 9 de maio de 1748. O estabelecimento da nova capitania, que teve como primeiro governador e capitão-general Dom Antônio Rolim de Moura, dá-se quando as minas de ouro encontravam-se praticamente exauridas (VOLPATO, 1987, p. 34).

Nesse cenário do extremo-oeste da Colônia, perdura também a tradicional relação Estado-Igreja, como se pode verificar no Ms 24, p. 139, capítulo 2, escrito em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, em 28/08/1759, em que um padre escreve ao padre Estevão Crasto, primeiro dizendo que

⁵⁰ Rodrigo César de Menezes permaneceu em Cuiabá até 5 de junho de 1728, quando retornou a São Paulo.

As novas da Corte, são/ terríveis, ainda as certas, que as duvidosas, Deos nos livre, que/ Severifiquem, eselembre donosso Reyno (...). (linhas 692 a 694)

Em seguida, afirma:

(...) parece estar chegado o tempo do Castigo, pronosticado/ pelo Padre Antonio Vieyra, Deos permitta abreviallo, e/ trazernos depreça as felicidades, que atraz do dito Castigo/ nos anuncia o mesmo Padre (linhas 695 a 698)

No início do século XIX, com a decadência das minas de ouro em Cuiabá e Mato Grosso e, depois, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, a Capitania de Mato Grosso passa por um longo período de dificuldades em relação ao seu isolamento da Corte do Rio de Janeiro. Observe-se, para tanto, o Ms 32, escrito em Cuiabá-MT em 19/10/1801, p. 161, linhas 909 a 912, capítulo 2, em que o signatário, um militar, reclama:

Nas promossoens do Brazil,/ muitas vezes se tem verificado o antigo vocábulo de que quem não apa=/rece esquece, ficando preteridos os existentes em acção, que parece de=/viaõ ser os primeiros contemplados (...).

Além disso, os Ms's 73 e 75, p. 299 e 305, capítulo 2, de 15/06/1822 e 09/11/1822, respectivamente, escritos em Cuiabá-MT, relatam pedido de gêneros, especialmente o sal, e a demora em sua remessa pelo Governo Provisório da Capitania de São Paulo, necessários ao abastecimento “dos diferentes Pontos da Fronteira desta Provincia (...)” (linhas 2387 e 2388).

Canavarros (2004, p. 11) assegura que a “elevação do povoado de Cuiabá à categoria de Vila Real, assim como a criação de diversas provedorias em seu território, que culminou com a “Capitania Geral” em 1748, são marcas políticas de tal alcance que “surpreendeu as autoridades espanholas do Alto Peru e Paraguai”. Da mesma forma, continua o citado autor, a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade às margens do rio Guaporé, afluente do rio Madeira, limítrofe às Missões de Moxos dos jesuítas espanhóis, a nordeste da

atual Bolívia, marca etapa importante da deliberada estratégia portuguesa de expansão do extremo-oeste da Colônia.⁵¹

Um dos aspectos históricos que merecem destaque nos manuscritos sob análise diz respeito à defesa dos limites da Colônia, no âmbito da Capitania de São Paulo, inicialmente. No Ms 28, escrito em Vila Bela – MT em 26/06/1797, p. 149, capítulo 2, o governador da Capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, refere-se às

(...) no-/ticiais participadas pelo Commandante do Prezidio de/ Nova Coimbra, de que os Espanhoes daProvincia da/ Assumpção do Paraguai, vinhaõ marchando de Villa/ Real para as cabeceiras doRio Mondego antiga-/mente chamado Embotetin, aonde clandestinamente ti-/nhão já chegado com outra antecedenteExpedição, com/ mil homens, esinco pessas deCampanha (linhas 802 a 809)

(...) e pela segunda vez intentaõ/ na qual o aviza que vem no alcance dos Indios Uaicurus,/ ou Cavaleiros, de quem tem recebido muitos damnos na-/quella Provincia (linhas 812 a 815)

(...) sempre elle tem violado a imuni-/dade do nosso Territorio(...) (linhas 822 e 823).

Solicita, por isso, às autoridades “(...) da Villa do Cuiabá ser reforçada a guarnição da-/quelle Prezidio com gente, armas, e moniçoês de guerra (...)” (linhas 829 e 830).

Preocupações e solicitações semelhantes de gêneros e armas são também expressas nos Ms’s 69, 73, 74 e 75, p. 289, 299, 303 e 305, capítulo 2, de 06/11/1820, 15/06/1822, 30/09/1822 e 09/11/1822, respectivamente, três dos quais escritos em Cuiabá – MT e um em São Paulo, referentes à fronteira oeste de Mato Grosso.

Por outro lado, agora voltando os esforços para a fronteira sul da Colônia, os Ms’s 53 a 59, p. 235–259, capítulo 2, escritos nos anos de 1812 e

⁵¹ Dentre os 75 manuscritos constantes do segundo capítulo, pelo menos 25 referem-se a governadores das capitanias de São Paulo e de Mato Grosso, seja no corpo do texto dos documentos, seja como destinatários deles, citados a seguir, com os respectivos mandatos e títulos honoríficos, de acordo com Siqueira (2002, p. 78-79):

a) Capitania de São Paulo:

- Rodrigo César de Menezes (set. 1721 – set. 1727)
- Luis de Mascarenhas (Conde D’Alva) (fev. 1739 – mai. 1748)
- Antonio Luis de Távora (Conde de Sarzedas) (ago. 1732 – ago. 1737)

b) Capitania de Mato Grosso:

- Antonio Rolim de Moura Tavares (Conde de Azambuja) (jan. 1751 – jan. 1765)
- Ricardo Franco de Almeida Serra (Membro da 1ª Junta Governativa) (jan./nov. 1796)
- Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Marquês de Praia Grande) (nov. 1796 – ago. 1803)
- João Carlos Augusto d’Oeynhausen e Gravenberg (Marquês de Aracaty) (nov. 1807 – jan. 1819)

1813, em Vila Rica – MG, relatam o envio e o retorno de tropas – “Regimento de Cavallaria de Linha de Minas Geraes.” (linhas 1746-1747) “(...) que vai empregar-se na Fron-/teiras doRio Grande do Sul commandado pelo Conde de Oeynhausen (...)” (linhas 1783-1785).

A partir de meados do século XVIII, é estabelecida uma nova rota de navegação para Mato Grosso – as monções do norte –, ligando Vila Bela da Santíssima Trindade a Belém do Grão-Pará por meio dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas, tendo-se deslocado as monções para essa via, com o fortalecimento do comércio pelo norte, perdendo paulatinamente importância tanto as monções como o comércio com São Paulo na rota da Capitania de Mato Grosso com Ararituaba, antiga Porto Feliz (SILVA, 2005a, p. 13).

Um outro roteiro de acesso às minas de Cuiabá e Mato Grosso, a partir de São Paulo, deu-se, por terra, através de Goiás.

No fim do século XVII, Bartholomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera ou diabo-velho”, de acordo com Luís (1938, p. 180), desde os quatorze anos de idade, com seu pai, o primeiro Anhanguera, percorreu a região central do Brasil em expedições à cata do índio, de ouro e de pedras preciosas. A partir de Parnaíba, onde nasceu, partia sempre no anseio de descobrir novas minas, em especial os “Martyrios, encantadora sereia que o desafiava com a sedução do mysterio e da riqueza” (LUÍS, 1938, p. 182).

A propósito dos Martírios, o padre José Manoel de Siqueira, em “Memória á respeito do descobrimento dos Martyrios” (sic) (SANTOS, 2005, p. 58-84), afirma:

Na Capitania de Saõ Paulo, diligenciou este descoberto o *Senhor* Conde de Sarzedas, na era de 1723, mandando o capitão Bartholomeu Bueno da Silva, aliás Anhanguera aos Martyrios; o qual no seguinte anno descobriu as minas dos Guayazes. Da mesma Capitania dos Guayazes intentou o *Senhor* Tristão da Cunha fazer este descobrimento para o que fez conduzir a Villa Boa alguns sertanejos e noticiosos dos Martyrios: porém conhecendo que não podiam ficar senão aquem do Rio Grande, id est, Araguaya, e por isso pertencendo ao Cuiabá, desistiu da empresa: e só desta capitania se não tem feito expedição alguma rumo ao Norte, onde ficam as famigeradas minas dos Martyrios.

A seguir, o citado padre, dizendo ser filho do capitão Antonio do Prado Siqueira, “intimo amigo” de Antônio Pires de Campos e “collega” de Bartholomeu Bueno da Silva, que partiram rumo a Coroá, passando pela Serra da Canastra, atual Chapada dos Guimarães, sempre rumo ao norte, chegaram ao rio Branco, ou rio Paranatinga. Após alguns dias de viagem, alcançaram um rio que, segundo Antonio Pires de Campos, era tão grande como o Cuiabá, após o qual, segundo os índios Bororo que acompanhavam a expedição, “era o pais do Coroá”. Após esse rio, onde foi encontrado ouro, continua o padre,

(...) estava uma collina na qual se viam algumas pedras soltas e elevadas; umas configurando columns, outras, escadas e outras, coroas; do que seguiu-se o dizerem que aquelle monte continha os instrumentos dos Martyrios de Christo (SIQUEIRA, citado em SANTOS, 2005, p. 65).

Entretanto, como as “Minas Gerais estavam florescentíssimas” na produção de ouro, os Martírios ficaram relegados a um segundo plano, segundo o padre José Manoel de Siqueira. Mais tarde, o próprio Bartholomeu Bueno da Silva se põe a procurar pelos Martírios, tendo descoberto “as minas de ouro da Serra Dourada dos Guayazes (...) que dista de Villa Boa trez léguas” (SANTOS, 2005, p. 69).

De toda forma, embora caminhos diversos tivessem sido por longos anos percorridos em seu encaço, as minas dos Martírios não foram encontradas. Citando Ferreira (1960, p.114), afirma o mesmo autor:⁵²

Siqueira fazia um arranjo, em que sugeria que os Martírios estavam localizados na Capitania de Mato Grosso. Excluía, portanto, todas as possibilidades de estarem localizados em Goiás, como sugeriam os demais roteiros, o que poderia sugerir uma postura regionalista por parte do padre, que era natural de Mato Grosso.

A busca pelo ouro dos Martírios fez com que, sob determinação do capitão-general e governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, Bartholomeu Bueno da Silva, em 30 de junho de 1722, partisse com sua bandeira, composta por brancos, índios e negros, a partir de São Paulo,

⁵² Cf. Santos (2005, p. 31).

em direção a Goiás, com a intenção de “descobrir o que ia procurar ou morrer na empresa” (LUÍS, 1938, p. 189).

Assim, seguindo por terra, Bartholomeu Bueno da Silva e sua bandeira trilharam o que, mais tarde, seria o caminho terrestre de São Paulo a Goiás, que, segundo Luís (1938, p. 189), teria o seguinte roteiro: atravessou os rios Iguatibaia (Atibaia), *Jaguary*, *Mogy*, Pardo, *Sapucahy*, até o rio Grande, território onde hoje prosperam os municípios de *Jundiahy*, Campinas, *Mogy*, Casa Branca, *Batataes*, Franca e outros; atravessou o que hoje se chama triângulo mineiro, cortando o rio Grande, o rio das Velhas, até o *Parnahyba*; transposto o *Parnahyba*, começou a descambar para o poente, passando o Guacorumbá e o Meia-Ponte, até esbarrar com a floresta espessa a que chamava *Matto Grosso*, larga de nove léguas e que se estendia do rio das Almas até o centro da região que Ayres Casal denominou *Cayaponia*. E continua, afirmando que, ainda rumo ao poente, na direção de Cuiabá, alcançaram o rio Araguaia. Daí, pelas planícies, atingiu a bandeira o lugar hoje denominado São Felix chegando, após, à Capitania do Maranhão.

Desfaz-se a bandeira e, embora tivesse sido encontrado ouro na terra dos índios Guayaz e Caiapó, os Martírios não foram localizados. Estabeleceu-se, contudo, o caminho terrestre entre São Paulo e Goiás e, através de Vila Boa, o comércio com as minas do Cuiabá⁵³.

De conformidade com Anzai (1985, p. 9):

a ocupação do território goiano, na colônia, deveu-se primeiramente ao interesse dos paulistas e dos religiosos do Pará em conseguir índios para o trabalho em suas terras. O interesse pelo ouro surgiu apenas nas últimas décadas do século XVII.

As minas de ouro, entretanto, segundo ainda a mesma autora, constituíram-se na principal razão da ocupação e do povoamento de Goiás, tendo os primeiros núcleos mineradores sido fundados entre 1725 e 1731, nas proximidades da atual cidade de Goiás, antiga Vila Boa, que foi a capital da Capitania de Goiás até 1933.

⁵³ Cf. Ms's 13, 15, 17, 27 e 63, p. 109, 115, 121, 147 e 273, respectivamente, escritos em Vila Boa de Goiás, constantes do capítulo 2.

Definidos os caminhos fluvial e terrestre para o centro-oeste da Capitania de São Paulo,⁵⁴ em parte devido aos interesses particulares na captura de índios e na busca do ouro, em parte devido à deliberada vontade política da Coroa portuguesa em expandir os limites da Colônia por terras espanholas, portanto, para além do Tratado de Tordesilhas (1494), há que se abordar, em razão disso, e do povoamento da fronteira por espanhóis e portugueses, as relações entre ambos, que variavam de intensidade e forma, perdurando por todo o período colonial, de acordo com Volpato (1987, p. 53).

O esgotamento das jazidas de ouro na região de Cuiabá e a descoberta de ouro no vale do rio Guaporé fizeram com que houvesse um sempre crescente deslocamento de mineiros para oeste, surgindo núcleos de povoamento português, seja no vale do rio Guaporé, seja no do rio Paraguai, aproximando seus habitantes dos núcleos de povoamento espanhol, o que facilitava o intercâmbio entre eles.⁵⁵

Portugueses e espanhóis buscaram-se mutuamente, à margem dos interesses de estado e nacionalidade, com a intenção primeira de somar esforços para superar as duras condições de vida (VOLPATO, 1987, p. 54).

Faziam trocas para abrandar as carências de ambos de abastecimento, tendo-se estabelecido certas relações comerciais que abrangiam, inclusive, o contrabando do ouro e da prata, em troca de gêneros alimentícios e de outra natureza, e de artigos importados. Distantes das metrópoles, lusos e hispânicos se aproximaram e se ajudaram, mesmo quando não havia interesses oficiais em jogo. Essa aproximação, a partir de Cuiabá, deu-se em meados do século XVIII, época em que, tanto a produção aurífera da baixada cuiabana, quanto a do vale do Guaporé, encontrava-se em franca decadência.⁵⁶

⁵⁴ Ver mapa à página 59, que teve por referência aquele elaborado por Holanda (1990, p. 145), com os acréscimos necessários relativos ao caminho terrestre de São Paulo às minas de ouro e diamante de Minas Gerais, e de Santos a São Paulo.

⁵⁵ Volpato (1987, p. 54) assegura que a historiografia mato-grossense, a propósito da fronteira oeste da colônia, tem-se detido ao estudo dos conflitos, sem, contudo, abordar outras formas de relacionamento amistoso existente entre as populações espanholas e portuguesas.

⁵⁶ A propósito dos contatos entre lusos e hispânicos, em especial entre a Capitania de Mato Grosso e as missões religiosas de Moxos e Chiquitos, principalmente os conflitos gerados a partir do contrabando de prata e de animais, consultar os trabalhos mais recentes de Anzai (2005).

De acordo com Barboza de Sá, (1975, p. 42), em 1743, ele próprio, a mando do "Juiz ordinário no mes de Fevereiro",

Revistou todos aqueles districtos (...) thé a Cidade de Sancta Crus de Lacierra; adquierio noticias de toda a Provincia pelos Espanhoes e Indios com quem tractou conversou e prezenteou observou seus costumes tracto e negociaçoens (...)

Ao assumir o governo da Capitania de Mato Grosso, em 1772, Luís de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres tinha instruções da Coroa portuguesa no sentido de incentivar o comércio com as aldeias castelhanas. A partir de então, governadores de Mato Grosso e das províncias espanholas, atendendo a ordens de Lisboa e Madri, consolidaram o intercâmbio entre si, desenvolvendo o comércio, trocando “correspondência, informações, presentes e até mesmo remédios e médicos nos momentos mais críticos” (VOLPATO, 1987, p. 105), relacionamento necessário dadas as dificuldades comuns impostas pelas condições naturais da região⁵⁷.

Testemunho das relações existentes entre espanhóis e portugueses está demonstrado na fuga, em busca de exílio, dos governadores de Santa Cruz de La Sierra, Dom Jozé Miguel Bezerra, e de Chiquitos, Dom João Baptista d’Altolaquirre, para Cuiabá, em razão de rebeliões havidas em suas províncias, como se pode verificar nos Ms’s 60, 61 e 62, p. 261, 267 e 271, capítulo 2, escritos em Cuiabá – MT, o primeiro, em 01/06/1813, e os outros dois em 05/06/1813, pelo governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto Oeynhausen.

Embora a crise da mineração na Capitania de Mato Grosso tenha-se delineado desde os anos quarenta do século XVIII, o ouro continuou sendo o responsável pela manutenção das condições de barganha com as províncias espanholas, o que foi fortalecido pelo contrabando da prata, e, após 1805, pelo do diamante (VOLPATO, 1987, p. 105).

O fim do período colonial, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, e a Independência, em 1822, marca, praticamente, a conformação aproximada dos contornos atuais do território brasileiro,

⁵⁷ É de se supor que este intercâmbio, a princípio informal, depois oficial, tenha trazido influências culturais mútuas, inclusive entre as línguas portuguesa e espanhola. É, sem dúvida, um terreno propício à pesquisa.

1.6. BRASIS: CRIOULO, SERTANEJO, GAÚCHO, CABOCLO E CAIPIRA⁵⁹

Ribeiro (1995, p. 269-270) defende a tese segundo a qual, logo após o início do período colonial brasileiro, havia já se formado “uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas”, etnia que, embora embrionária, multiplicava-se em vários núcleos ao longo da costa brasileira, primeiramente, e, depois, pelos “sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios”. Esses elementos constituiriam a vida social e cultural das “ilhas-Brasil”, nas palavras de Ribeiro (1995, p. 270)⁶⁰,

Cada uma delas singularizadas pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção, mas permanecendo sempre como um renovo genérico da mesma matriz.

Essas “ilhas-Brasil”, continua Ribeiro (1995, p. 270), funcionam como núcleos de aglutinação e aculturação de índios, africanos, portugueses e outros, dando continuidade e uniformidade ao processo de gestação étnica, responsável pela formação da gente brasileira.

Assim, pode-se identificar a existência de cinco variantes principais da cultura brasileira tradicional, a saber⁶¹: A *cultura crioula*, que se desenvolveu no Nordeste, tendo o engenho açucareiro como instituição coordenadora fundamental; a *cultura sertaneja*, “que se funde e se difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste”; a *cultura cabocla*, característica das populações amazônicas engajadas na atividade seringueira e na coleta de drogas da mata; a *cultura gaúcha*, marcada pelo pastoreio de gado na região sul, com as variantes *matuta-açoriana*, muito parecida com a *caipira*, e a *gringo-caipira*, presente nas áreas colonizadas por imigrantes, principalmente italianos e alemães; e, por fim, a *cultura caipira*, própria

⁵⁹ Este item é nomeado “Brasis”, de forma deliberada, numa referência explícita ao sub-título do capítulo 4 de Ribeiro (1995).

⁶⁰ Schuartz, In: Mota (org.) (2000, p. 112), afirma que “o Brasil não era, em realidade, apenas um, mas era constituído por uma série de colônias”, referindo-se aos ingleses que, nos séculos XVII e XVIII, falavam de “Brasis”.

⁶¹ Ribeiro (1995, p. 272) chama a atenção para os conceitos de *cultura rústica* e *cultura caipira*, definidos em Melo e Souza (1987); de cultura *camponesa* e *folk-culture* em Redfield (1941 e 1963); de *cultura cabocla* em Willems (1947); e de *cultura crioula* em Gillin (1947).

da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização (RIBEIRO, 1995, p. 272).

Procurando atender aos princípios do presente trabalho e, ainda, aos objetivos do grupo de pesquisa para estudo do português brasileiro caipira, será dado tratamento privilegiado aqui ao que Ribeiro denomina de *cultura caipira*.⁶²

1.6.1. A Cultura Caipira

Como mencionado anteriormente, ao mesmo tempo que a costa nordestina se enriquecia em razão dos núcleos açucareiros, a economia de pobreza era a marca da população paulista. Os núcleos paulistas, sem a cana-de-açúcar e sem os escravos negros, “eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha” (RIBEIRO, 1995, p. 361).

Segundo o mesmo autor, na sua maioria, as famílias que viviam em sítios no interior eram pobres, mas alguns homens que faziam parte das câmaras ou dirigiam bandeiras para a devassa dos sertões eram servidos por índios cativos, dos quais absorveram hábitos, desde a alimentação, lavoura, caça, pesca e tralha doméstica, até o uso da “língua geral”.⁶³

Esse tipo de vida dos paulistas pouco diferia do de uma aldeia indígena, a não ser pelo uso de roupas, sal e toucinho de porco, por possuírem alguns instrumentos de metal e armas de fogo, pelo uso do óleo para alumiar as casas à noite, assim como por “alguma guloseima, como a rapadura, e (...) pinga de cana que sempre se destilou, além da atitude sempre arrogante”, segundo Ribeiro (1995, p. 362). Os paulistas eram aventureiros dispostos sempre a enfrentar qualquer tarefa, levantando centenas de homens em armas, em geral índios arredios dos sertões, índios catecúmenos das missões

⁶² Cf. Projeto: “Formação e Expansão do Português Paulista ao longo do Rio Tietê até Mato Grosso a partir do século XVI”, sob responsabilidade de grupo de pesquisa vinculado à FFLCH – DLCV, Área de Filologia e Língua Portuguesa – USP.

⁶³ Sobre a “língua geral”, ver nota nº 23, p. 34, neste capítulo.

jesuíticas, como Guaíra (oeste do Paraná), Itatim (sul do atual Mato Grosso do Sul), Tapes (Rio Grande do Sul) e negros quilombolas.⁶⁴

Esse modo de vida do paulista, sua família, seus costumes e, enfim, sua proximidade e suposta interação com o índio e seu habitat, da forma como abordado por Darcy Ribeiro, parece indicar, além de uma típica generalização, inadequada por si mesma, uma mistificação no mínimo questionável de São Paulo, seus habitantes e seus feitos.

Para Ribeiro (1995, p. 363)⁶⁵

Esse modo de vida, rude e pobre, era o resultado das regressões sociais do processo deculturativo. Do tronco português, o paulista perdera a vida comunitária da vila, a disciplina patriarcal das sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho. Do tronco indígena, perdera a autonomia da aldeia igualitária, toda voltada para o provimento da própria subsistência, a igualdade de trato social de sociedades não estratificadas em classes, a solidariedade da família extensa, o virtuosismo de artesãos, cujo objetivo era viver ao ritmo em que os seus antepassados sempre viveram.⁶⁶

Motivados por ambições de enriquecimento e poder, os mamelucos paulistas, na opinião de Ribeiro (1995, p. 364), tinham que “seu destino era lançar-se sobre as gentes e sobre as coisas da terra, apresando e saqueando o que estivesse a seu alcance, para assim afirmar-se socialmente”. Tornaram-se, então, mateiros e sertanistas, à procura de índios, gado e ouro por quase toda a Colônia.

Nessas circunstâncias, constrói-se a história social dos paulistas, forjando-se a cultura que Ribeiro (1995) denomina de “caipira”.

Em razão da pouca disponibilidade de mulheres européias, ocorreu significativa miscigenação entre o branco e a índia e, posteriormente, entre o

⁶⁴ A esse respeito, o Bispo de Olinda, Pernambuco, tece o seguinte comentário sobre Domingos Jorge Velho, o capitão bandeirante que liquidou o quilombo dos Palmares em 1694: “[...] *Metido pelos matos, à caça de índios e índias, estas para os exercícios de suas torpezas e aqueles para os granjeios de seus interesses [...] nem sabe falar [o português] [...] nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais do que em dizer que é cristão e não obstante haver se casado de pouco lhe assistem sete índias concubinas [...]*”, citado em Ribeiro (1995, p. 361).

⁶⁵ Cf. Pratt (1999, p. 30-32) que recorre ao termo “transculturação”, cunhado na década de 1940 pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz (1947), usado por etnógrafos para descrever como grupos subordinados ou marginais se relacionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que observam em sua própria cultura e no que o utilizam.

⁶⁶ A respeito das características de vida do paulista, casa, utensílios, modo de vestir, comida, povoado e família, consultar Machado (1980).

branco e a negra. O filho da índia escrava com o senhor era aceito e livre entre os demais. A família, de acordo com Ribeiro (1995, p. 366), patricêntrica e poligínica, era dominada pelo chefe como um grupo doméstico composto com pessoas de várias gerações,

essencialmente o pai, suas mulheres com as respectivas proles e os parentes delas. As índias atreladas ao grupo como cativas eram comborços do pai e dos filhos destes. Só aos poucos o casamento religioso se impõe como sacralização da mãe dos filhos legítimos, entre as mulheres de cada homem.⁶⁷

O trabalho era voltado para a própria subsistência e não para o comércio. Às mulheres cabia as tarefas rotineiras de limpeza da casa, do plantio das roças e de sua colheita, do preparo de alimentos, do cuidado das crianças, da lavagem de roupas e do transporte de carga. Aos homens tocava trabalhos como o roçado, a caça e as viagens pelo interior à busca do índio e do ouro.

Ocorre, de fato, em relação aos paulistas, uma “incorporação histórica de sua cultura numa macroetnia conquistadora com perda de sua própria autonomia cultural”. Ou seja, segundo Ribeiro (1995, p. 368),

em São Paulo não se verificava um ascenso da tribalidade à civilização, mas sim a edificação, com gente desgarrada das tribos, de uma entidade étnica emergente que nasce umbilicalmente ligada a uma sociedade e a uma cultura exógena por ela conformada e dela dependente.

São Paulo passa a ter, ainda segundo o autor,

uma configuração histórico-cultural de povo novo, plasmada pelo cruzamento de gente de matrizes raciais díspares e pela integração de seus patrimônios culturais sob a regência do dominador que, a longo termo, imporia a preponderância de suas características genéticas e de sua cultura.

A busca do enriquecimento fácil e do poder, alcançado pela exploração do ouro por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além da iniciativa primeira da

⁶⁷ Ribeiro (1995, p. 366) afirma ainda que muitos paulistas consignavam em seu testamento bens para os filhos legítimos e todos aqueles cujas mães apontassem como tais.

preia do índio para o trabalho escravo e comércio na região açucareira do nordeste da Colônia, teve seu revés com o esgotamento da mineração, levando à estagnação toda a economia do centro-sul da Colônia. Ribeiro (1995, p. 380) continua:

São Paulo mergulha numa cultura de pobreza, reencarnando formas de vida arcaica dos velhos paulistas que se mantinham em latência, prontas a ressurgir com uma crise do sistema produtivo. A população se dispersa e se sedentariza, esforçando-se por atingir níveis mínimos de satisfação de suas necessidades.

Alcança-se o equilíbrio numa variante da cultura brasileira rústica, cristalizada aos poucos como *área cultural caipira*. Trata-se de um *modus vivendi* que paulatinamente se difunde a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos de produção artesanal e de alimentos, responsáveis pelo suprimento de manufaturas, animais e outros bens.

A vasta área de *cultura caipira*, que abrange aproximadamente os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e parte do Paraná, foi ocupada, então, por uma população extremamente dispersa e desarticulada, de acordo com Ribeiro (1995, p. 380), segundo quem, o recurso único, com o qual contava essa economia decadente, eram

as enormes disponibilidades de mão-de-obra desocupada e de terras virgens despovoadas e desprovidas de qualquer valor, que os mais abonados obtêm por concessão em enormes sesmarias e os mais pobres e imprevidentes apenas ocupam como posseiros.

Instalada, assim, uma economia de subsistência, difunde-se também uma agricultura itinerante, derrubando e queimando novas glebas de mata, combinada com a exploração complementar de terras, das aguadas, das matas, através da caça, da pesca e da coleta de tubérculos. Como nada se vendia, nada se podia comprar. O povoamento deu-se de forma dispersa por grandes áreas, sem ter havido, contudo, segregação, aparecendo novas formas de convívio solidário, surgindo os *bairros* rurais, chamados de *naçãozinhas*, segundo informante de Melo e Souza (1987), citado por Ribeiro

(1995, p. 381). Essas *naçãozinhas* eram constituídas por grupos de convívio unificados pela base territorial onde estavam assentados, pelo sentimento de localidade que os identifica e os opõe a outros *bairros* ou *naçãozinhas* e pela participação em formas coletivas de trabalho e lazer.

De acordo com Ribeiro (1995, p. 38),

para estas populações rarefeitas, que, via de regra, só contavam para o convívio diário com os membros da família, assumem importância crucial certas instituições solidárias que permitem dar e obter a colaboração de outros núcleos nos empreendimentos que exigem maior concentração de esforços(...).

Dentre elas está o *mutirão*, que consagra o auxílio mútuo e a ação conjugada por moradores vizinhos, que se unem para executarem tarefas mais pesadas, que uma família apenas não conseguiria levar a cabo, como o roçado de um pasto, a colheita de uma cultura ou a construção de uma moradia, dentre outras necessidades. Tudo abençoado pelo culto a um santo protetor e padroeiro, cuja capela abrigava as missas, festas e leilões, seguidos de bailes.

Santiago-Almeida (2000, p. 23-25), a propósito do *mutirão*, em Cuiabá chamado “*muchtirum*”, informa que “exerceu e, no meio rural, ainda exerce sua função primeira; tanto que, na onda de preservar a cultura local (foi) criada por alguns ilustres cuiabanos cidadãos a instituição cultural, “*Muchtirum Cuiabano*”.”

Anzai (1985, p. 57), a respeito da vida cotidiana na zona rural do município de Goiás, antiga Vila Boa, também assegura que

o *mutirão* era a principal forma de trabalho coletivo, mistura de trabalho duro, necessário à complementação da atividade familiar, com festa, apreciada por todos e vivenciada com prazer (...)

O caipira, assim agrupado, preenche suas necessidades mínimas de subsistência, embora esteja condicionado a “um horizonte culturalmente limitado de aspirações, que o faz parecer desambicioso e imprevidente, ocioso e vadio” (RIBEIRO, 1995, p. 382).⁶⁸

⁶⁸ A literatura brasileira, através de Monteiro Lobato, registra caricatamente, na figura do Jeca Tatu, o brasileiro caipira.

Essa liberdade de existência autárquica não dura muito, pois a produção agrícola cresce, iniciando-se a exportação do excedente, através de estradas que começam a existir demandando centros urbanos maiores, instalando-se nos *bairros* rurais ou *naçãozinhas* o poder público que, na verdade, não representa benefícios para a camada proletária do mundo caipira, mas os interesses do senhorio, da classe dominante, econômica e politicamente. Resta ao caipira, para sobreviver, o recurso de ser “compadre, ou foreiro, ou sequaz, ou eleitor – geralmente tudo isto – de quem lhe possa assegurar a proteção indispensável” (RIBEIRO, 1995, p. 384).⁶⁹

A posse e o crescente valor da terra, bem restrito ao latifundiário, do qual o caipira torna-se meeiro, parceiro ou empregado, acaba por marginalizar o caipira, fazendo com que as fazendas, já a partir de meados do século XIX, lancem mão de escravos negros e, mais tarde, de estrangeiros para o sucesso das lavouras comerciais, como a do café.

Esse processo, fruto da atividade econômica da grande propriedade rural, faz com que, a partir do século XX, acentue-se o forte êxodo rural para os grandes centros do Brasil, inclusive daqueles habitantes da *área cultural caipira*.⁷⁰

⁶⁹ Santiago-Almeida (2000, p. 21) refere-se também ao que se denomina relação de *cunhadismo*.

⁷⁰ Acerca da formação do português brasileiro, analisando-se a língua portuguesa falada na cidade de São Paulo, a partir dos anos 1980, que certamente possui migrantes provindos da área de *cultura caipira*, consultar Rodrigues (1987 e 2002).